



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

André Filipe Ribeiro de Pinho

Despesa Social e Crescimento Económico: uma análise comparada entre o Norte e o Sul da Europa

Trabalho de Projecto do Mestrado em Economia, na especialidade em Economia Industrial, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientado por: Prof. Doutora Marta Simões

Julho 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Este Trabalho de Projecto representa o final de mais uma etapa importante na minha vida, e por isso, quero agradecer a todos os que me acompanharam neste percurso, que me apoiaram em todos os momentos e, que fizeram com que eu chegasse até aqui.

À minha orientadora, Marta Simões, pela orientação, disponibilidade, motivação e preocupação que me transmitiu ao longo deste trabalho, que foram um estímulo para o seguimento do mesmo.

A todos os docentes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra por tudo que me ensinaram ao longo dos últimos anos.

A todos os meus amigos, que foram incansáveis em todo este percurso, e que me deram motivação para avançar nos momentos mais difíceis. Tenho a agradecer a todos eles, por todos os momentos de diversão, pela paciência, pelo apoio e pela amizade.

A toda a minha família, em especial aos meus pais e avós, pelo apoio incondicional, pela força e principalmente por todos os sacrifícios que fizeram, para que tudo isto fosse possível.

Resumo

O presente trabalho constitui uma reflexão sobre a relação entre a despesa social e o crescimento económico tendo por base uma análise comparada de dois grupos de países da União Europeia díspares em termos do modelo e profundidade do respectivo Estado, os países escandinavos e os países do Sul, também designados por vezes por periferia europeia. A partir de uma análise de estatística descritiva de um conjunto de indicadores sócio-económicos foi possível constatar que em termos globais, estes são melhores nos países do Norte Europeu e piores na periferia europeia. Contudo, apesar disso, as diferenças entre estes dois grupos de países têm vindo a diminuir, destacando-se indicadores em áreas como a saúde e educação. A análise comparada da despesa social e sua composição mostra que os países escandinavos entre 1985 e 2010 verificaram um nível de despesa social maior que os países periféricos, salvo algumas exceções, o que poderá justificar o diferente grau de desenvolvimento. Finalmente, uma simples e muito preliminar análise de correlação indica que a despesa social, quer nas suas várias componentes quer em termos totais, afecta de uma forma positiva o nível de PIB per capita. Por outro lado, recorrendo ao mesmo método de análise, os efeitos quer da despesa social total, quer de algumas vertentes da despesa em protecção social, no período entre 1985-99, com a taxa de crescimento média anual do PIB per capita, entre 2000-10, são negativos.

Palavras-chave: Despesa Social, Crescimento Económico, Norte da Europa, Sul da Europa.

Classificação JEL: H51; H52; H53; I38; O40; P16.

Abstract

This paper reflects on the relationship between social spending and economic growth based on a comparative analysis of two groups of EU countries - Scandinavian countries and the Southern countries also known as European peripheral countries - distinct in terms of governance of the type and depth of the respective State. From the analyses of descriptive statistics of a relevant set of socio-economic indicators it can be concluded that generally, in overall terms, social spending and economic growth indicators are better in North Europe countries and worse in European outskirts. However, despite this fact, the differences between these two groups of countries have been decreasing, especially in areas such as health and education. A comparative analysis of social spending and its contents (all the economic variables/ criteria to measure social spending) show that in Scandinavian countries, between 1985 and 2010, the social spending was higher (with some exceptions) than in the Southern countries, which may justify the different levels of development. Finally, a simple, preliminary correlation analysis indicates that social spending in general terms and in its various components, affects in a positive way the level of GDP per capita. In addition, using the same method of analysis, the effects of total social spending or the expenditure on some areas of social protection in the period, 1985-99, on the annual growth rate of GDP per capita between 2000 -10, are negative.

Keywords: Social Expenditure, Economic Growth, Northern Europe, Southern Europe.

JEL Classification: H51; H52; H53; I38; O40; P16.

Índice

1.	Introdução	1
2.	Estado Social: qual a sua importância para o crescimento económico?.....	2
3.	Caracterização económico-social dos países em análise.	10
4.	Despesa Social e Crescimento Económico: análise comparada de alguns dados.....	16
5.	Conclusões.....	27
	Bibliografia.....	29
	Anexos.....	30

Índice de Quadros

Quadro 1: Taxas médias de crescimento anual do PIB real per capita entre 1985 e 2010.....	18
Quadro 2: Coeficientes de correlação entre a Despesa Social nas várias componentes e o nível do PIB per capita e a sua taxa de crescimento tendo em conta todos os dados disponíveis para o período entre 1985 e 2010.....	24
Quadro 3: Coeficientes de correlação entre a Despesa Social média (1985-1999) e a taxa média de crescimento do PIB real per capita (2000-2010).....	26

Índice de Gráficos

Gráfico 1: PIB per capita a preços constantes de 2005 entre 1985 e 2010	30
Gráfico 2: Esperança média de vida, 1985 a 2010.....	30
Gráfico 3: Taxa de mortalidade infantil (nº de mortes no primeiro ano de vida em cada 1000 nascimentos), 1985 a 2010.....	31
Gráfico 4: Taxa de crescimento da população, 1990 a 2010.....	31
Gráfico 5: Percentagem da população com menos de 15 anos relativamente ao total da população, 1985 a 2010.....	31
Gráfico 6: Percentagem da população com mais de 64 anos em relação ao total da população, 1985 a 2010.....	32
Gráfico 7: Percentagem da população entre os 15 e os 64 anos em relação ao total da população, 1985 a 2010.....	32
Gráfico 8: Percentagem da população activa apenas com o ensino primário relativamente ao total da população activa, 1995 a 2010.....	32
Gráfico 9: Percentagem da população activa com o ensino secundário relativamente ao total da população activa, 1995 a 2010.....	33
Gráfico 10: Percentagem da população activa com o ensino superior relativamente ao total da população activa, 1995 a 2010.....	33
Gráfico 11: Taxa de desemprego total, 1991 a 2010.....	33
Gráfico 12: Taxa de desemprego entre a população jovem (15-24 anos), 1991 a 2010.....	34
Gráfico 13: Contribuição do sector secundário para o PIB (%), 1985 e 2010.....	34
Gráfico 14: Contribuição do sector terciário para o PIB (%), 1990 a 2009.....	34
Gráfico 15: Grau de abertura ao exterior (% PIB), 1985 a 2010.....	35

Gráfico 16: Saldo da balança de transacções correntes (% do PIB), 2003 a 2010.....	35
Gráfico 17: Saldo orçamental em percentagem do PIB, 1995 e 2009.....	35
Gráfico 18: Dívida pública (% PIB), 1995 a 2010.....	36
Gráfico 19: Despesa Social total em percentagem do PIB, 1985 a 2010.....	36
Gráfico 20: Despesa Pública em saúde em percentagem do PIB, 1985 a 2010.....	37
Gráfico 21: Despesa Total em educação em percentagem do PIB, 1985 a 2010.....	37
Gráfico 22: Gastos com o pagamento de pensões de reforma em percentagem do PIB, 1985 a 2009.....	37
Gráfico 23: Gastos com subsídios de desemprego em percentagem do PIB, 1985 a 2009.....	38
Gráfico 24: Gastos em apoios destinados às famílias em percentagem do PIB, 1985 a 2009.....	38
Gráfico 25: Gastos com políticas activas no mercado de trabalho em percentagem do PIB, 1985 a 2009.....	38
Gráfico 26: Gastos com pensões por incapacidade em percentagem do PIB, 1985 a 2009.....	39

1. Introdução

A despesa social do Estado, que engloba, por exemplo, as prestações sociais, educação e saúde, entre outras despesas, justifica-se do ponto de vista da melhoria do bem-estar dos cidadãos, reflectindo-se também na melhoria de alguns indicadores sócio-económicos agregados, tais como, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que contabiliza melhorias no PIB real *per capita*, escolaridade e saúde da população em geral. Por exemplo, em 2012, de acordo com dados do *UNDP*, os países escandinavos (Dinamarca, Finlândia e Suécia) estavam nas 25 primeiras posições no que respeita aos valores do IDH, com um valor médio deste de 0,905. No mesmo ano, e de acordo como os dados da *Social Expenditure Database da OCDE*, os três países registavam uma despesa social em percentagem do PIB com um valor médio para o grupo de 29,637%, superior à média da OCDE, 21,785%. Já os países da Europa do Sul, Espanha, Grécia, Itália e em especial Portugal, ocupavam lugares inferiores no que respeita ao *ranking* do IDH (valor médio para os três países, 0,891), gastando também menos do que os países escandinavos com funções sociais (em média, 25,725%). Esta aparente correlação positiva entre despesa social e o IDH, dever-se-á certamente à protecção social e económica dos cidadãos realizada através desta via pelo Estado, com vista a diminuir as desigualdades entre indivíduos mais ricos e mais pobres, para que estes possam ter acesso às mesmas oportunidades, contribuindo, dessa forma para um país mais homogéneo e permitindo também, potencialmente, melhorar o desempenho macroeconómico.

No que diz respeito à União Europeia (UE), os países escandinavos, situados no Norte da Europa, Dinamarca, Finlândia e Suécia, têm efectivamente registado de forma sustentada níveis de rendimento e produtividade superiores aos países do Sul, Espanha, Grécia, Portugal e Itália. Com efeito, em 2012 e de acordo com dados do Eurostat, os países escandinavos registavam um PIB real per capita entre os mais elevados da UE-28, ocupando a segunda, quarta e sétima posições em 28 possíveis, respectivamente, enquanto os países do Sul se ficavam por lugares intermédios, muito próximos ou já na metade inferior da tabela. Esta situação poderá estar relacionada com a visão que cada grupo de países tem acerca da participação do Estado na economia e na sociedade em geral e, em particular, no que respeita às funções sociais deste. Com efeito, o modelo e a dimensão do Estado Social são muito diferentes entre os países escandinavos, e a periferia europeia, quer ao nível da abrangência dos apoios sociais quer ao nível das

áreas onde se verifica uma maior despesa, sendo os primeiros os que apresentam melhores desempenhos a nível macroeconómico. É por isso adequado reflectir sobre o potencial papel do Estado Social, e em particular da despesa pública associada, na explicação das diferenças de desempenho macroeconómico entre estes dois grupos de países.

Esta reflexão assume particular interesse, numa conjuntura em que os países periféricos enfrentam uma crise ao nível da sustentabilidade das finanças públicas, que levou a que tivessem sido feitos cortes e reformulações do seu modelo de Estado Social. Surgem assim algumas questões pertinentes: será que a reestruturação/redução do Estado Social poderá agravar ainda mais o desempenho económico destes países? Ou será que o problema reside na questão de eficiência do modelo adoptado?

O principal objectivo deste trabalho é assim fazer uma comparação entre o Norte (Escandinávia) e o Sul da Europa relativamente ao potencial papel do Estado Social no crescimento económico, analisando a importância atribuída pelos Estados a determinadas áreas de intervenção social através da despesa realizada nas mesmas. Para o efeito será efectuada uma análise de estatística descritiva de indicadores relevantes para a caracterização económica e social dos dois grupos de países em análise, e em particular relativos ao seu desempenho em termos de crescimento e despesa social recorrendo-se a dados do Eurostat, OCDE e Banco Mundial. O período em análise será de 1985 até 2010, sempre que possível.

O restante trabalho encontra-se organizado da forma que a seguir se descreve. A secção 2 contém uma revisão da literatura sobre os potenciais mecanismos de transmissão do Estado Social relativamente ao crescimento económico, bem como a sistematização dos resultados de alguns estudos empíricos anteriores. Na secção 3 é feita uma caracterização das principais diferenças e semelhanças dos países em análise em termos económicos e sociais com base num conjunto de indicadores relevantes. Segue-se a secção 4, onde se reflecte, com base numa análise de estatística descritiva, sobre a potencial relação entre a despesa social e o crescimento económico na amostra seleccionada. Finalmente, a secção 5 contém as principais conclusões.

2. Estado Social: qual a sua importância para o crescimento económico?

O conceito de Estado Social é um conceito que não apresenta uma definição precisa. Na tentativa de definir o que é o Estado Social, Andrade, Duarte e Simões (2013, p.4) afirmam que de “um modo geral, se pode entender o Estado Social como um

Estado em que o governo utiliza uma parcela importante dos recursos nacionais para oferecer serviços que beneficiam indivíduos ou famílias que preencham determinados critérios, ou seja, que se destinam a ser consumidos individualmente, por oposição ao consumo colectivo de bens como a defesa nacional ou a segurança interna”.

Estas intervenções do Estado têm genericamente como objectivo a redução das desigualdades na distribuição do rendimento e a redução da pobreza, promovendo a igualdade de oportunidades e o bem-estar, sendo conseguidas através de medidas destinadas a melhorar o nível de escolaridade e de saúde da população bem como medidas de protecção social, que englobam, por exemplo, os subsídios de desemprego, pensões de invalidez, apoios à família, políticas activas no mercado de trabalho, bem como as pensões concedidas aos reformados. As medidas de protecção social destinam-se assim a prevenir ou minorar situações que possam afectar negativamente o bem-estar dos indivíduos. Por exemplo, as políticas activas no mercado de trabalho visam a rápida reinserção dos desempregados no mercado de trabalho, podendo estas contribuir para a redução do número de pessoas cuja sua única fonte de rendimento é o subsídio de desemprego, mas, também, de todos os desempregados que já nem direito têm ao mesmo, com o intuito de lhes garantir o mínimo de condições financeiras. Por outro lado, a preocupação do Estado com o bem-estar das populações e com a redução da pobreza leva a que este conceda pensões aos reformados como forma de garantir que estes, no final das suas vidas activas, não fiquem sem qualquer tipo de fonte de rendimento, possibilitando um final de vida com o mínimo de condições. A utilização destes mecanismos como exemplo, demonstram dois destinos diferentes da despesa do Estado Social que têm os mesmos objectivos, e cuja importância poderá ser considerável, tendo em conta o crescente aumento do número de pensionistas e a elevada taxa de desemprego que se verifica em alguns dos países em análise. A política de protecção social, de acordo com Damerou (2011, p.13), citando a definição do Eurostat (2008), “engloba todas as intervenções de organismos públicos ou privados destinados a apoiar as famílias e indivíduos, encargos representados por um conjunto definido de riscos ou necessidades, desde que não exista simultaneamente qualquer acordo recíproco ou individual”. Esta política abrange toda a população, mediante determinadas condições, sendo os apoios atribuídos quer por intermédio de programas de Segurança Social ou de Assistência Social. No entanto, as políticas de protecção social necessitam de financiamento para serem realizadas, mostrando-se assim as contribuições sociais e os impostos pagos pela população importantes para garantir a

sustentabilidade financeira deste mecanismo sem comprometer o seu futuro. No âmbito da sustentabilidade financeira deste mecanismo, alguns autores, tais como Damerou (2011), consideram o PIB real per capita determinante não só em termos do nível de bem-estar de uma sociedade, mas, também, para fazer diminuir as pressões financeiras sobre a Segurança Social, em resultado dos actuais indicadores demográficos que apontam para um aumento da esperança média de vida e da diminuição da natalidade. Estes indicadores, segundo o mesmo autor, têm impacto directo na sustentabilidade financeira da Segurança Social, na medida em que esta, ao ser financiada na sua maioria pela população activa, a sua diminuição, poderá gerar um problema de financiamento que colocará em causa o actual funcionamento deste sistema, daí a importância de existir um nível de riqueza elevado para que possa ser continuada a política de protecção social. Assim, o nível e a evolução do produto influenciam de alguma forma o comportamento da despesa social.

De um ponto de vista económico, a política de protecção social e da despesa associada pode ter impactos importantes, nomeadamente aceitando a posição teórica de que níveis elevados de desigualdade e pobreza têm impactos negativos no crescimento económico, ou seja, na criação de riqueza de uma economia no longo prazo. Por outro lado, a literatura económica também aponta para que o crescimento económico, apesar de aumentar as desigualdades em fases iniciais, possa diminuir a pobreza, como referem Barrientos e Scott (2008, p.9): “um forte crescimento económico é essencial para a redução da pobreza e é estimado que cerca de 80% da diminuição da pobreza ocorrida na década de 80 tenha sido conseguida através do crescimento económico”.

Na perspectiva dos modelos de crescimento exógeno, como o que foi desenvolvido por Solow (1956), este com a criação do seu modelo de crescimento económico afirmou que a taxa de crescimento de longo prazo não é influenciada pela despesa em protecção social, uma vez que o crescimento económico apenas é afectado por factores demográficos e tecnológicos exógenos ao modelo. Já na perspectiva de alguns modelos de crescimento endógeno estes, segundo Damerou (2011), apontam para que a desigualdade na distribuição do rendimento iniba o crescimento económico, como já fora dito anteriormente. Este mesmo autor, recorrendo ao trabalho de Solimano (2000), afirma que a instabilidade política trazida pelas desigualdades podem levar a uma diminuição do investimento público e do investimento privado das famílias com baixos rendimentos podendo tal, reflectir-se num nível de produto mais baixo.

Apesar do Estado Social visar em primeiro lugar a protecção dos mais desprotegidos economicamente ou que enfrentam situações inesperadas com o desemprego ou doença, pode em simultâneo potenciar o crescimento económico. Neste âmbito, Furceri e Zdzienicka (2012) defendem a existência de alguns mecanismos através dos quais a despesa social potencia o crescimento do produto. Segundo estes autores, a criação de políticas que incidam de uma forma activa no mercado de trabalho podem levar ao aumento do produto através da criação de emprego, assim como o aumento dos gastos sociais ao nível de indivíduos com baixos rendimentos, e, com dificuldades na obtenção de crédito, poderá estar relacionado com o aumento do consumo privado, uma vez que o aumento de rendimento incentiva ao aumento da procura por parte das famílias, estimulando as empresas a produzir e aumentando assim o produto de um país. Outro autor que defende em parte estas ideias é Damerou (2011), que afirma que os gastos em subsídios de desemprego, ou em prestações concedidas a famílias com crianças, por exemplo, poderão para além de reduzir as desigualdades de rendimentos, levar ao aumento do consumo das famílias. Assim a despesa social permite às empresas tomar decisões de investimento, pois sabem que terão procura, e desta forma levar a um aumento da capacidade produtiva, ou seja, ao crescimento económico.

Por sua vez, a concessão de apoios em outras áreas como a educação ou saúde, poderão contribuir para a acumulação de capital humano¹ que, em conjunto com o capital físico, e em especial nas economias modernas que querem o seu crescimento baseado no conhecimento, poderá ter impacto positivo no comportamento das economias. A acumulação de capital humano pode traduzir-se em ganhos de produtividade a nível agregado pois os trabalhadores adquirem competências técnicas e físicas que lhes permitirão desempenhar as suas funções de uma forma mais eficiente, mas que também se transmitem a outros que com eles trabalhem, tornando assim a taxa de retorno dos investimentos individuais em saúde e educação maior para a sociedade do que para os indivíduos. Por outro lado, nas economias baseadas no conhecimento em que o progresso técnico é o principal motor do crescimento económico, o capital

¹ De acordo com a OCDE (1998), o capital humano pode ser definido como “o conhecimento, as aptidões, as competências e outros atributos incorporados nos indivíduos que são relevantes para a actividade económica” Por outro lado, como refere Gonçalves (2002, p.10) citando Shuller (2000), o “capital humano baseia-se no comportamento económico dos indivíduos, especialmente na forma como a respectiva acumulação de conhecimento e aptidões permite aumentar a sua produtividade e os seus ganhos, bem como aumentar a produtividade e saúde das sociedades em que vivem.”

humano é um factor de produção de novas ideias, logo essencial para garantir um crescimento económico sustentável.

Um outro factor que poderá em conjunto com o capital humano potenciar o crescimento económico é o capital social. Neste aspecto, a existência de um Estado Social que desempenhe de forma adequada as suas funções poderá contribuir para a acumulação de capital social. Gonçalves (2002, p.32), citando Shuller (2000), descreve o capital social como sendo “baseado em termos de organizações, normas e confiança, e o modo como as últimas permitem aos agentes e instituições serem mais eficientes na obtenção de objectivos comuns.”

Relativamente, ao impacto do capital social no crescimento económico, Bergh (2011) afirma que, estudos recentes, apontam para que o nível de confiança possa explicar como os países como a Suécia podem se desenvolver e continuar os seus abrangentes sistemas de promoção do bem-estar social, apesar do risco de evasão fiscal ou de uma má distribuição dos apoios. Bergh (2011), também salienta a existência de estudos que comprovam que a confiança tem impacto positivo na economia, sendo este ilustrado através de um exemplo comparativo, entre a Suécia e os EUA, onde 64% de suecos acham que podem confiar uns nos outros, em detrimento dos apenas 41% de americanos que acham o mesmo, podendo levar a que a economia sueca cresça anualmente mais 0,5 pontos percentuais que os EUA.

No entanto, a literatura económica não constata apenas que existem efeitos positivos entre a despesa social e o crescimento económico. No que diz respeito à relação negativa entre estas duas variáveis, autores como Izák (2011), afirmam que a distribuição dos subsídios e de outros apoios por parte do Estado e. Social diminuem o crescimento económico devido aos incentivos negativos que estes transmitem aos agentes económicos, por exemplo, ao nível dos desincentivos ao trabalho contribuindo assim para a diminuição da produtividade e do crescimento. Para além deste autor, Furceri e Zdzieniecka (2012), apontam para que o crescimento da despesa social possa estar relacionado com os incentivos à reforma antecipada e com os subsídios de invalidez, que levam a uma diminuição da força de trabalho, traduzindo-se essa diminuição num efeito negativo no crescimento do produto.

No que respeita a estudos empíricos sobre a relação entre despesa social e o crescimento económico, os resultados não são conclusivos, com alguns estudos empíricos a apontar para uma relação positiva e outros para uma relação de sinal negativo, dependendo do tipo de despesa e do nível de desenvolvimento do país a que nos

referimos. De forma a compreender a relação entre despesa social do Estado e crescimento económico, Afonso e Allegre (2008), no seu trabalho empírico, recorreram a dados referentes a despesa social em 27 países europeus e procuraram através de um estudo econométrico verificar se esta contribuía para o crescimento económico dos mesmos países. Os resultados deste estudo, apontaram para a existência de um impacto negativo entre os gastos em educação e em protecção social no crescimento económico mas, também para um efeito positivo da despesa em educação no crescimento económico. De forma a estudar mais uma vez os efeitos entre a despesa social e o crescimento económico, Izák (2011), desenvolveu um estudo que assentava no cálculo dos coeficientes de correlação entre valores médios da despesa social em áreas como a educação, saúde e protecção social e taxa de crescimento do PIB. No entanto, o período em análise foi relativamente curto devido à falta de dados, sendo os dados da despesa social referentes ao período entre 2002 e 2006, e as estimativas de crescimento para o período de 2006 a 2008. Para realizar este estudo foram utilizados dados agregados relativos às despesas sociais dos 25 países pertencentes à UE a partir de 2004, a que deram o nome de EU-25. Contudo, para analisar esta a relação entre despesa social e crescimento económico, a amostra de 25 países foi separada em duas, sendo a primeira relativa aos 15 países pertencentes à UE a partir de Janeiro de 1995, os EU-15, e a segunda aos 10 que passaram a pertencer a partir de Maio de 2004, os denominados EU-10.

Os resultados do estudo apontam para valores negativos ao nível do coeficiente de correlação entre a despesa social em termos globais das três amostras e o crescimento económico, sendo que, como salienta o mesmo autor, o coeficiente de correlação é mais baixo nos países que constituem o primeiro grupo e mais alto nos países que mais recentemente formam parte da UE.

Izák (2011) procurou também, estudar os efeitos das várias componentes da despesa social ao nível do crescimento económico. Para o efeito foi calculado o coeficiente de correlação entre a despesa em protecção social, a despesa em educação e, por fim, entre a despesa em saúde e o crescimento económico. Os resultados do autor, enfatizam que a despesa social em qualquer destas áreas tem um impacto negativo no crescimento económico, verificável em todos os grupos analisados, sendo reforçado o facto surpreendente de haver uma correlação negativa entre a despesa em saúde e o crescimento económico.

Outros estudos relativos ao impacto da despesa social no crescimento económico foram desenvolvidos, como é o caso de Wang (2011) que se foca na estimação da relação entre a despesa do Estado na área da saúde e o crescimento económico, para uma amostra de 20 países em desenvolvimento, entre, 1990 e 2009. O autor analisa a relação existente entre os gastos em saúde e o PIB, através do teste de cointegração em painel de Engle-Granger. Os resultados apontam para a existência de causalidade bilateral, ou seja, para que o crescimento económico esteja relacionado com o aumento dos gastos em saúde e para que os gastos em saúde tenham um impacto positivo no crescimento económico. Neste aspecto, os resultados demonstram que no, longo prazo, os gastos em saúde podem levar ao crescimento do produto, ilustrando a importância dos apoios do Estado no sector da saúde para criar uma população fisicamente mais apta e produtiva.

Uma outra análise empírica foi realizada por Baldacci et al. (2004) que relacionaram a despesa social com o capital humano, na forma de educação e saúde, e o seu impacto no crescimento económico, usando dados em painel relativos a 120 países em vias de desenvolvimento, para o período de 1975 a 2000. Para a análise da relação recorreram a um estudo econométrico, sob a forma de um sistema de quatro equações relativas ao crescimento do rendimento per capita, ao investimento, educação e saúde. Com o estudo pretenderam demonstrar que as despesas sociais em saúde e em educação tinham um contributo positivo para acumulação de capital humano, que se veio a provar como verdadeiro, assim como o efeito positivo daquele no crescimento económico.

Furceri e Zdzienicka (2012), investigam os efeitos dos gastos sociais no crescimento económico, num conjunto de países pertencentes à OCDE para o período entre 1980 e 2005. Os autores recorrem a uma regressão econométrica, concluindo que um aumento de 1% no nível de gastos sociais leva a um aumento do crescimento económico em cerca de 0,12 pontos percentuais após um ano. Numa segunda fase utilizaram uma outra regressão econométrica, tendo como objectivo estudar o impacto da despesa social no crescimento económico, com a inclusão de alguns desfasamentos do PIB, verificando que no caso de um aumento de 1% dos gastos sociais em percentagem do PIB leva a que o produto aumente em cerca de 0,57 pontos percentuais, sendo que as áreas que mais contribuíram para este aumento foram os gastos em saúde e com os subsídios de desemprego.

Outros estudos como o de Andrade et al. (2013), procuraram estudar a relação entre as despesas em saúde e educação e o crescimento económico. Recorreram a uma

amostra de países de várias regiões do mundo, onde foram excluídos os ex-países socialistas, os países que produzem essencialmente petróleo e os que tinham vivido até há pouco tempo conflitos armados. Separaram-se os países tendo em conta o seu nível de rendimento e desenvolveram um estudo econométrico para verificar o efeito da despesa entre educação e saúde na variável dependente PIB real per capita. Os resultados mostram de forma incontestável que os gastos em educação e saúde têm efeitos positivos no crescimento do PIB per capita de qualquer dos grupos de países.

Por fim, Fic e Ghate (2005) desenvolveram um estudo com o intuito de averiguar a relação entre o Estado Social e o crescimento económico para uma amostra de 19 países pertencentes à OCDE, entre os quais se incluíam países como a Dinamarca, Finlândia e a Suécia, entre 1950 e 2001. Este estudo utilizou um modelo dinâmico de crescimento desenvolvido anteriormente por um dos autores, Ghate e Zak (2002), que permitiu chegar à conclusão de que a razão para haver uma quebra no crescimento económico poderá estar relacionado com o Estado Social. Tal se justifica segundo os autores pelo facto de no período que antecede a quebra de crescimento, a elevada taxa de crescimento que se verifica induzir ao crescimento da despesa social. Ao longo do tempo, o aumento do Estado Social leva assim à diminuição do crescimento económico que no Longo Prazo espera-se que leve à redução do Estado Social. Os resultados segundo os autores, sugerem que países com um baixo crescimento económico tenham que fazer cortes ao nível da despesa com o Estado Social. Estes consideram que o início da década de 70 foi o período no qual foi mais visível esta relação pois o baixo crescimento económico verificado entre, 1970 e 1975, foi o precedido da existência de um Estado Social de dimensões consideráveis.

Em jeito de conclusão, verificamos que os resultados dos estudos desenvolvidos por Andrade et al. (2013) e Baldacci et al. (2004) apontam para um efeito positivo entre a despesa social em educação e saúde e, o crescimento económico. Furceri e Zdzienicka (2012), considerando a despesa social em todas as áreas de intervenção do Estado Social também apontam para o contributo positivo desta no crescimento económico. Quanto ao estudo desenvolvido por Izák (2011) este aponta para uma relação negativa entre as várias componentes da despesa social e o crescimento económico. Os resultados opostos podem ser fruto do nível de desenvolvimento da amostra de países utilizada, pois parece que a utilização de países mais desenvolvidos apontam para um efeito negativo e a utilização de alguns países em desenvolvimento aponte para um efeito positivo.

3. Caracterização económico-social dos países em análise.

Neste ponto será feita uma caracterização económico-social dos países em análise, Dinamarca, Suécia e Finlândia, três países escandinavos onde o Estado Social há muito é uma realidade, e, Portugal, Espanha, Itália e Grécia, países da chamada periferia Europeia, onde o Estado social é uma realidade mais recente, essencialmente desde os meados dos anos 80, salientando as suas semelhanças e diferenças.

O objectivo é enquadrar a análise mais específica da secção seguinte sobre a potencial relação entre o desempenho em termos de crescimento económico e a despesa social, total e por diferentes categorias. Sempre que possível, a comparação entre países será realizada ao longo do período 1985-2010. No entanto, dada a indisponibilidade de dados relativamente a algumas variáveis para alguns países, o período de análise poderá ser mais curto. É importante ter também em conta o surgimento da crise de 2007, para compreender alguns indicadores mais desfavoráveis dos países do Sul em relação ao Norte nos anos mais recentes.

Inicialmente este trabalho procurará discutir as semelhanças e diferenças entre os dois grupos de países relativamente a um conjunto de indicadores sociodemográficos que podem ter impacto e ser influenciados pela despesa social. Em segundo lugar, são apresentados e analisados alguns indicadores económicos seleccionados segundo a mesma lógica, ou seja, que podem ter impacto e ser influenciados pela dimensão e composição do Estado Social, tais como o seu grau de abertura ao comércio internacional e a respectiva estabilidade macroeconómica, sendo utilizado como suporte da análise os gráficos disponíveis nos Anexos.

O gráfico 1 contém os valores do PIB real per capita expressos em dólares a preços constantes de 2005, que é o principal indicador dos diferenciais de nível de vida do cidadão médio dos diferentes países. Da observação do referido gráfico constatamos que em 2010, o nível de rendimento por habitante é, em todos os países, mais elevado do que o que se verificava em 1985, sendo que nos países escandinavos o PIB real per capita foi sempre relativamente mais elevado que nos restantes países. No caso da Suécia e Finlândia, verificamos que estes em 2010 estes eram os mais ricos, tal como já o eram em 1985, passando o valor desta variável na Suécia dos 28065,38 dólares em 1985 para os 42825,67 dólares em 2010 e na Finlândia dos 24234,4 dólares de 1985 para os 38064,65 dólares em 2010. Os países do Sul ou periferia apresentam ao longo do período um PIB real per capita mais baixo, nomeadamente Portugal e Grécia, que

apesar de terem aumentado o seu PIB real per capita entre 1985 e 2010, no ano de 2010, Portugal tinha um valor de 18647,76 dólares e a Grécia de 21308,96 dólares.

A opção por começar a caracterização das diferenças entre os países da amostra pelo PIB real per capita deriva em parte do facto de este poder estar relacionado com a melhoria de alguns indicadores que medem o nível de desenvolvimento humano e que servem para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano, como é o caso da diminuição da taxa de mortalidade infantil e o aumento da esperança média de vida. Face a isto, relativamente ao sector da saúde, como se pode ver no gráfico 2, a esperança média de vida à nascença (EMV), entre 1985 e 2010, aumentou. No entanto, apesar de todos os países terem registado um aumento da EMV ao longo do período analisado, dos países escandinavos apenas a Suécia tem no início do período um valor superior ao de todos os países do Sul. Com efeito, Espanha, Grécia e Itália partem de uma situação melhor do que a Dinamarca e a Finlândia. O país que regista menor EMV em 1985 é Portugal, com 73 anos. Em 2010, todos os países da periferia ultrapassam os países escandinavos, com excepção de Portugal, que se mantém na última posição.

Quanto à taxa de mortalidade infantil, indicador que traduz o número de mortes de crianças no primeiro ano de vida por cada 1000 nascimentos, é de imediato verificável no gráfico 3 que ocorreu uma considerável melhoria neste indicador em todos os países ao longo do período analisado. Em 1985, a taxa de mortalidade infantil em Portugal e na Grécia era maior do que nos restantes países, no entanto, em 2010 já registavam um número de mortes semelhante aos restantes países. No caso grego, verificou-se uma passagem das 16 mortes em cada 1000 nascimentos em 1985 para as 4 em 2010, ocorrendo o mesmo em Portugal que passou das 17 para as 4. No que respeita à Escandinávia, o número de mortes que se verificava no ano de 2010 não era muito diferente do que se verificava em 1985 e, no caso da Finlândia, houve apenas uma pequena redução das 6 para as 2 mortes durante este período.

A evolução e composição demográfica dos países pode ter um impacto importante naquela que é actualmente uma das componentes da despesa social com maior peso, a despesa com pensões. Assim através da análise do gráfico 4 verifica-se que a taxa de crescimento da população em termos anuais foi positiva em todos os países. No entanto, durante este período (1990-2010), apenas Portugal, entre 1990, e 1992 registou uma taxa de crescimento negativa, que no entanto foi invertida. No que toca ao maior crescimento populacional este deu-se em Espanha, entre 1997 e 2003, ao qual se seguiu após um período de estabilidade entre 2003 e 2007, uma diminuição

acentuada. Em termos globais a taxa de crescimento populacional tem vindo a descer, nomeadamente nos países do Sul, contrariamente aos países do Norte Europeu que, a partir de 2000, verificaram um aumento. Tal, poderá dever-se à imigração, mas também poderá ter-se devido às políticas de apoio à natalidade com vista ao combate ao envelhecimento da população. Neste âmbito, decompondo a população dos países da amostra em faixas etárias, população jovem (até aos 15 anos de idade), população entre os 15 e 64 anos e população idosa (mais de 65 anos), verificamos que existe uma tendência para a diminuição da população mais jovem face à total, sendo esse comportamento mais visível em Espanha, que conforme o gráfico 5 demonstra, em 1985 tinha uma percentagem de jovens de cerca de 23,3%, mas que em 2010 apresentava uma taxa de 14,9%. Um aspecto curioso tem que ver com o facto de neste período de análise não se ter verificado uma grande diminuição desta faixa etária na Escandinávia, sendo que, no caso da Dinamarca, esta registava em 2010 uma percentagem de população jovem a rondar os 18%, os mesmos que em 1985.

Por outro lado verifica-se um agravamento do envelhecimento da população, com a pior situação a verificar-se em Itália e na Grécia. Entre 1985 e 2010 a percentagem da população italiana com mais de 64 anos passou dos 13,1%, em 1985, para os 20,3% em 2010, e na Grécia verificou-se uma passagem dos 13,3% para os 19% (ver gráf. 6). Relativamente ao Norte Europeu, essa subida é mais ligeira e, em 2010, a Finlândia apresentava uma percentagem de 17,1% enquanto que a Dinamarca de 16,6%. No que diz respeito à faixa etária da população entre os 15 e 64 anos, verifica-se através do gráfico 7 que entre 1985 e 1995, a percentagem da população compreendida nesta faixa etária aumentou. No entanto, a partir deste período verificou-se uma descida dos valores em alguns países, como é o caso da Itália, onde a população pertencente a este grupo entre 1985 e 2010 passou dos 67,5% para os 65,7%, resultado talvez de uma diminuição da população jovem e do aumento da população mais idosa, podendo isso dever-se à baixa taxa de natalidade.

Quanto à melhoria dos indicadores relativos à educação, verificamos que os apoios do Estado nesta área talvez se tenham feito sentir. Com efeito, de acordo com o gráfico 8, a percentagem de população activa com apenas o ensino primário, diminuiu em todos os países entre 1995-2010, sendo que no entanto o nível de população activa com apenas este nível de escolaridade é mais reduzido nos países do Norte, como é o caso da Finlândia e da Suécia, talvez devido ao facto de estes países terem tomado há mais tempo consciência da importância da educação para um bom desempenho

económico (ver gráf. 8). Associado ao comportamento anterior, verifica-se que em 2010 existe uma maior percentagem de pessoas com o ensino secundário e universitário em todos os países relativamente a 1995. Ao nível do ensino secundário, o gráfico 9, mostra que entre 1995 e 2010 verificou-se um aumento de trabalhadores com este nível académico, sendo esse impacto maior em Portugal, Espanha, Grécia e Itália, mas no que toca aos países do Norte este número foi oscilando. Em todo o caso, em 1995 os três países escandinavos registavam uma maior percentagem da população com o ensino secundário relativamente a qualquer dos países do Sul, sendo em 2010 apenas a Dinamarca e a Finlândia ultrapassadas pela Itália. O nível de escolaridade dos trabalhadores que mais subiu foi, como se pode constatar no gráfico 10, o universitário, verificando-se que em países como a Finlândia a percentagem de trabalhadores com este nível académico passou dos 21,7% em 1995 para os 37,3% em 2010 e na Espanha passou dos 20,3% para os 33%. Neste âmbito verifica-se em 2010 a Espanha tinha uma percentagem de indivíduos com ensino superior, mais elevada que a Suécia e a Dinamarca.

Outra das componentes da despesa social com mais peso no total é a despesa associada ao subsídio de desemprego. Nos anos mais recentes tem-se verificado um aumento da taxa de desemprego, como podemos ver no gráfico 11. O desemprego pode por em causa a estabilidade social, uma vez que os indivíduos sem emprego ao perderem a sua fonte de rendimento podem perder qualidade de vida e estarem sujeitos a situações de pobreza. A taxa de desemprego entre 1991 e 2010 foi sempre mais elevada no Sul em relação ao Norte. Os países que apresentavam uma taxa mais elevada em 2010 foram, a Espanha com cerca de 20%, seguido da Grécia com 12,5%, enquanto que a taxa de desemprego mais baixa se registou na Escandinávia, na Dinamarca, onde a taxa de desemprego em 2010 era de 7,5%.

No que diz respeito à taxa de desemprego jovem, esta tem afectado sobretudo os jovens do Sul Europeu e parece estar a tornar-se um problema grave para as gerações mais jovens. As dificuldades em arranjar emprego podem prender-se com a falta de experiência por parte dos jovens. Como tal, estas situações levam a que estes não tenham nenhum tipo de poupança nem direito a qualquer tipo de subsídio como é o caso do subsídio de desemprego, pois não tiveram um passado activo considerável que lhes permitisse ter realizado contribuições para a Segurança Social e a ter direito a receber subsídio de desemprego. Por outro lado, ao não terem emprego poderão vir a ter problemas em obter uma boa pensão aquando o final da sua vida activa, pois farão

menos descontos do que aqueles são necessários para obter um boa pensão no futuro, podendo estar a comprometer a sua estabilidade financeira após a sua vida activa. No Norte Europeu, países como a Dinamarca têm investido na resolução dos problemas relativos ao desemprego jovem, promovendo políticas de apoio aos jovens que possuem baixos níveis de estudos e que estejam sem trabalho como salientam Hughes e Borbély-Pecze (2012). Para tal, foram desenvolvidos programas onde os jovens são inseridos em cursos de formação prática com vista a que estes adquiram experiência e que os familiarizem com o local de trabalho, promovendo as suas aptidões de forma a capacitá-los para o mercado de trabalho para que tragam ganhos de produtividade à entidade que os emprega e conseqüentemente ao seu país. Ao nível da taxa de desemprego jovem, o gráfico 12 ajuda-nos a perceber que esta era no ano de 2010, mais elevada na Espanha com cerca de 42,4%, sendo esta seguida pela Grécia com 32,5%. Ao nível das taxas mais baixas verificamos que entre 1991 e 2010 quem apresentou a taxa mais baixa foi a Dinamarca, sendo que no ano de 2010 esta apresentava uma taxa de cerca de 13,9%, seguida da Finlândia com cerca de 20,3%.

Quanto à análise de factores económicos que possam ser responsáveis pelas diferenças relativas ao nível de vida, iremos começar por analisar a importância do sector secundário e terciário para o PIB dos diversos países, na medida em que estes sectores são os que envolvem uma maior percentagem de indivíduos com habilitações académicas mais elevadas, e cujo seu contributo para o produto dos países é mais considerável.

No que toca ao sector secundário, verifica-se que, entre 1985 e 2010, este tem vindo a perder importância no PIB de todos os países. No entanto durante este período verificou-se que o país que apresentava uma maior percentagem de riqueza gerado por este sector era Portugal, tendo contudo essa importância diminuído de forma constante, chegando no ano de 2010 a ser de apenas 15%, próximo da percentagem da Espanha. É de salientar que a importância deste sector em 2010 era relativamente mais baixa nestes países em relação à Dinamarca ou na Suécia (ver gráf.13). Ao nível do sector terciário, verificamos, através do gráfico 14, que a importância deste sector para a amostra de países em estudo era muito nivelado, entre os 60 e os 70%. No entanto, a partir do ano 2000 verificou-se um aumento relativo da contribuição deste sector para o PIB dos vários países, sendo de salientar que em 2009 este sector tinha maior peso na produção de riqueza no caso da Grécia, contribuindo em cerca de 79% do total do PIB grego,

enquanto que o mais baixo se verificava na Finlândia com cerca de 69% do PIB a ser gerado por este sector.

A análise da estrutura produtiva de um país pode ter também uma relação com o grau de abertura da economia, pois este poderá trazer algumas vantagens e explicar o porquê de um determinado sector ter ganho mais importância no PIB de um país. Essas vantagens podem estar relacionadas com a entrada de novos produtos e tecnologias, que normalmente estão relacionados com o sector secundário e terciário e que poderão explicar o crescimento destes sectores. Este factor poderá ainda estar relacionado com o nível de educação de uma população, pois quanto maior for o desenvolvimento tecnológico de um país, tal poderá levar à necessidade de um reforço na educação e formação profissional para capacitar a mão-de-obra para lidar com estas novas tecnologias. Assim, o grau de abertura de um país poderá estar relacionado com o aumento dos gastos em educação.

No que respeita ao grau de abertura da economia, medido através do volume de importações e exportações em percentagem do PIB verificou-se que em todos os países em estudo houve uma tendência de crescimento entre 1985 e 2010. Os países que no ano de 2010 apresentavam um grau de abertura mais elevado eram a Dinamarca, com cerca de 95,3%, e a Suécia com cerca de 92,8%. Por outro lado países como a Grécia e a Espanha, registavam valores muito mais baixos, sendo que a Grécia apresentava um nível de cerca de 53,8% do seu PIB e a Espanha 56,9%, como se pode constatar no gráfico 15. No que respeita ao saldo da balança de transacções correntes, um valor em percentagem do PIB positivo, significa que existe um superavit, ou seja, que o país aumentou os seus activos no estrangeiro. Neste aspecto, devido à falta de dados, a análise a esta variável começa a partir de 2003, e consultando a gráfico 16, verificamos que ao longo do período na Grécia, Portugal, Itália e Espanha a balança foi sempre deficitária, sendo as situações mais complicadas a da Grécia e a de Portugal, que em 2010, apresentavam um défice de 10,4% e 9,7% respectivamente. Por outro lado, a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia tiveram sempre um excedente.

No que toca à análise do saldo orçamental, este juntamente com a dívida pública, poderá ajudar a compreender o estado das finanças públicas de um país. Compreender o saldo orçamental em percentagem do PIB é muito importante pois, se este demonstrar um comportamento mais despesista tal irá reflectir-se no aumento do endividamento do Estado, que poderá ter de levar a uma redução dos apoios do Estado Social com vista à sustentabilidade financeira do Estado. Como forma de controlar as finanças públicas

poderão ser necessários cortes ao nível dos apoios da protecção social, bem como a redução do orçamento do Estado para áreas com a saúde ou educação. No gráfico 17 é possível verificar que no caso de países como a Grécia, Portugal e Itália no período de estudo verificou-se que estes países tiveram sempre um comportamento mais despesista que os restantes, sendo como já vimos esta uma possível justificação para o crescimento da dívida pública nestes países. Já os países da Escandinávia apresentavam saldos orçamentais mais positivos em relação aos do Sul da Europa, sendo mesmo o saldo orçamental sueco aproximadamente de 0%.

A dívida pública em percentagem do PIB sempre foi inferior nos países do Norte em relação aos do Sul. Entre 1995 e 2010 verificamos que o nível de dívida foi oscilando, no entanto este foi relativamente mais elevado na Grécia e na Itália, chegando no ano de 2010 este a ser cerca de 145% e 119,4%, do seu PIB respectivamente. No caso da Suécia verificou-se ao longo deste período uma tendência de descida e, em 2010, este era de 39,4% (ver gráf. 18). Um outro factor que pode ter feito aumentar o nível de dívida de alguns países do Sul da Europa a partir de 2005, pode ter que ver com o surgimento da crise económica de 2007, que agravou ainda mais o nível de dívida destes países, que era já elevado, como são exemplos a Grécia e Portugal.

Em resumo, verificamos que, em termos globais, os indicadores sócio-económicos do Sul da Europa são piores que os do Norte Europeu. Contudo as diferenças têm vindo a diminuir. Por exemplo, os indicadores relativos à saúde e à educação têm demonstrado francas melhorias, que, talvez resultem do facto dos estados terem reforçado os apoios ao nível destas funções sociais. Há no entanto, que ter em conta que, no caso do Sul Europeu, o crescente aumento da dívida pública poderá dificultar a continuidade desta acção na medida em que poderá levar à necessidade de reformulações que passem por cortes no Estado Social, com vista a fazer face ao crescente endividamento destes. Os Estados do Sul Europeu não devem contudo, no período actual de crise, esquecer a importância que estes sectores têm para a coesão social e potencialmente para o desempenho económico.

4. Despesa Social e Crescimento Económico: análise comparada de alguns dados.

Nesta secção será realizada uma análise de estatística descritiva que terá como principal objectivo uma análise comparada dos dois grupos de países em termos de crescimento económico e despesa social agregada e por diferentes componentes, entre

1985 e 2010. Por último, procura-se verificar se o sinal da correlação esperada entre a despesa social do Estado e o comportamento do produto está de acordo com a literatura económica. Para tal, realizamos apenas uma análise muito simples e preliminar baseada no cálculo de coeficientes de correlação, entre as despesas em saúde, educação e as várias componentes da despesa em protecção social e, respectivamente, o PIB per capita e a taxa de crescimento do mesmo.

Esta análise foi realizada tendo em conta todos os dados disponíveis na base de dados da *OECD Social Expenditure Database*, ao nível dos gastos com saúde e protecção social, e com os dados disponíveis do Banco Mundial relativamente a despesa em educação, PIB real per capita para todos os países em análise no período entre 1985 e 2010.

Antes de passarmos à análise comparada da despesa social e suas componentes, nos países da nossa amostra, detenhamo-nos na comparação da respectiva prestação em termos de crescimento económico, de acordo com os dados relativos às taxas médias de crescimento anual do PIB real per capita entre 1985 e 2010 e alguns sub-períodos (ver Quadro 1). Ao longo do período total, 1985-2010, Portugal e a Espanha foram os países que mais cresceram, o que não é de estranhar uma vez que partiram de valores do PIB real per capita dos mais baixos do grupo. Seguem-se a estes os países escandinavos, Finlândia, Suécia e Dinamarca, enquanto que a Grécia e a Itália foram os países que menos cresceram. No caso da Grécia a situação é mais insólita uma vez que, tal como Portugal e Espanha, partiu de um nível de rendimento relativamente mais baixo, e assim sendo, o potencial de crescimento e convergência deveria ter sido superior ao dos países mais ricos. Se dividirmos o período total em análise em três sub-períodos, 1985-95, 1995-05 e 2005-10, verificamos que o desempenho relativo dos países se vai alterando. Assim, por exemplo a boa prestação de Portugal entre 1985-2010 parece ter sido consequência do seu elevado crescimento relativo entre 1985 e 1995, enquanto que nos outros dois sub-períodos a taxa média de crescimento anual do seu PIB real per capita é das mais baixas do grupo. Os países escandinavos têm taxas de crescimento relativas mais elevadas essencialmente entre 1995 e 2005, enquanto a Espanha e a Grécia melhoram o desempenho relativo no segundo e terceiro sub-períodos, em especial a Espanha. Em todo o caso, registou-se um acentuado abrandamento e do crescimento nos últimos cinco anos, com a Itália, Suécia, Finlândia e Portugal a registarem mesmo taxas de crescimento negativas. Este fenómeno não pode deixar de ter em conta o início da crise económica e financeira que teve o seu começo em 2007-2008.

Quadro 1: Taxas médias de crescimento anual do PIB real per capita, 1985 a 2010.

Períodos	Dinamarca	Finlândia	Grécia	Itália	Portugal	Espanha	Suécia
1985-1995	1,639%	0,940%	0,555%	2,140%	3,600%	2,698%	0,970%
1995-2005	1,682%	3,377%	3,243%	1,128%	2,025%	2,591%	2,831%
2005-2010	0,025%	-0,267%	0,198%	-0,145%	-0,441%	0,207%	-0,229%
1985-2010	1,221%	1,806%	1,461%	1,131%	2,333%	2,024%	1,690%

Fonte: Cálculos do autor com base em dados do Banco Mundial

No que diz respeito à análise comparada entre a despesa social dos países em estudo, iremos começar por comparar os níveis de gastos sociais totais² em percentagem do PIB ao longo do período total, 1985-2010 (ver gráfico 19). Durante todo este período é possível verificar que os países da Escandinávia apresentaram um nível de gastos sociais totais superior ao dos países do Sul Europeu. O país que apresentou um nível de gastos mais elevado durante a maior parte deste período foi a Suécia, que apenas o deixou de ser, quando a Dinamarca se assumiu como o país que mais gastou em despesa social em 2010, cerca de 30,6% do PIB. Quanto à Finlândia esta, no ano de 2010, também ultrapassa a Suécia ao nível de uma maior despesa social. Contudo, no caso finlandês, verifica-se que entre os anos de 1990 e 1992, ocorreu um aumento considerável na despesa social ao qual se sucede uma diminuição gradual dos gastos até 2000. No entanto, tal como a Dinamarca e a Suécia, este país apresentava ainda um nível de gastos superiores ao dos países do Sul, cerca de 24,3% do PIB. No que respeita aos países da periferia, também designados países do Sul, verifica-se que o país que mais se conseguiu aproximar do nível de despesa dos países da Escandinávia foi a Itália que, no ano de 2010, gastava cerca de 27,7% do seu PIB em gastos sociais enquanto que a Suécia cerca de 28,3%. No entanto verificamos que a Itália em algumas ocasiões foi ultrapassada pelo nível de gastos da Espanha, como é o caso do subperíodo entre 1989 e 1996. Quanto aos países que canalizaram uma menor percentagem do PIB para a despesa social, verificam-se que estes foram a Espanha, Grécia e Portugal. Relativamente a estes dois últimos verificou-se que a Grécia apresentava em 1985 um nível de despesa social consideravelmente maior que Portugal, cerca de 16,1% face aos 10,1% do PIB de Portugal, no entanto essa diferença foi diminuindo. Tal resulta de um

² Os gastos sociais totais incluem a despesa em saúde, pensões de reforma, pensões de invalidez, apoios às famílias, pensões de sobrevivência, subsídios de desemprego, pensões de sobrevivência, em políticas activas do mercado laboral, apoios à habitação e em outros programas de acção social, exceptuando os apoios em educação.

evidente aumento da despesa em Portugal e um ténue crescimento da Despesa Social grega chegando Portugal, no ano de 2002, a ultrapassar a Grécia, e no ano de 2010 apresentava um nível de despesa mais elevado de despesa que a Grécia, cerca de 25,4% face aos 23,3% da Grécia. Na globalidade verificou-se uma tendência de crescimento contínuo nos países escandinavos até ao início da década de 90, seguido de uma diminuição até cerca de 2000. No Sul, a tendência é de crescimento sustentado para a Grécia e Portugal e de oscilações na Espanha e Itália. É também notório que após a crise de 2007-08 se verifica de novo um crescimento da despesa relativamente aos países do Norte.

No seguimento da análise comparativa da despesa social em termos globais, efectua-se agora um estudo comparativo entre a despesa do Estado nas várias componentes da despesa social, educação, saúde, e protecção social, e dentro de estas com o pagamento de pensões de reforma, subsídios de invalidez, políticas activas do mercado de trabalho, apoios às famílias e subsídio de desemprego, que correspondem à maioria da despesa social nestes países.

De acordo com os gráficos 20 e 21, os níveis de despesa social quer em saúde e quer em educação, respectivamente dos países do Norte face aos do Sul, medidos em percentagem do seu PIB, entre 1985 e 2010, são maiores no primeiro grupo de países relativamente ao segundo, à excepção da Finlândia que, depois de um período de diminuição da despesa em saúde entre 1992 e 1998, para cerca dos 5,3% do PIB, verifica de novo um aumento, para os 6,7% verificados em 2010. No entanto situava-se aquém do verificado em Itália, Espanha e Portugal no mesmo ano, que era respectivamente, 7,3%, 7,13% e 7,12% do PIB. Assim sendo, a Finlândia encontrava-se só a frente da Grécia que possuía um nível de gastos de 6,4% do PIB (ver gráf. 20 e 21). Nota-se também, no que diz respeito à despesa em saúde, que a Suécia e a Dinamarca foram quem mais dispenderam nesta área com níveis de despesa semelhantes. Contudo a partir de 1999, o nível de despesa da Dinamarca passa para frente do da Suécia, tornando-se assim o país com maior despesa em saúde, chegando a 2010 a apresentar um valor de cerca de 9,4% do PIB face aos 7,7% da Suécia. É importante salientar que todos os países do Sul da Europa verificaram um crescimento sustentado que se traduz em valores de despesa em saúde em percentagem do PIB maiores em 2010 que em 1985. Por fim importa destacar que, entre 2009 e 2010, verificou-se uma diminuição da despesa para todos os países, por ventura, efeitos da crise que começou um par de anos antes.

No que toca à educação, como já foi referido, os países da Escandinávia apresentam durante o período em análise um nível de despesa superior nesta matéria em relação aos países da periferia. Neste contexto, verificamos que as diferenças relativas aos níveis de despesa dos vários países em educação se encontram melhor clarificadas que as diferenças ao nível da despesa em saúde, à excepção dos anos entre 1987 e 1990 em que os valores da despesa portuguesa foram semelhantes ao da espanhola e dos anos de 2007 e 2008 em que os valores da Itália foram semelhantes aos da Espanha. Feitas estas considerações, verifica-se a existência de um maior nível de despesa em educação por parte da Dinamarca, Suécia e Finlândia ao longo do período e, no ano de 2009 o valor da despesa era respectivamente de, 8,3%, 7,2% e 6,8% do PIB. No que toca aos restantes países da amostra, os países do Sul, verificamos que o nível de despesa grego e português foi aumentando, chegando o português a tornar-se o mais elevado entre os restantes países da periferia a partir de 1994, sem nunca esquecer a ausência de dados para o ano de 1997 e para a Grécia entre 2005 e 2010. No ano de 1994 o valor gasto por Portugal era cerca de 4,6% chegando a 2010 aos 5,6% do PIB. Já relativamente à Itália, considerando a quebra de dados para este país, verificamos que esta se encontrava no topo dos países do Sul que mais gastavam nesta área, no entanto como já foi referido, esta foi ultrapassada por Portugal e até mesmo a Espanha, a partir de 2007, países que tinham nesse ano respectivamente, um nível de gastos de 5,1% e 4,34 % do PIB, face aos 4,26% do PIB verificados na Itália.

Relativamente à despesa em protecção social, entre os países em análise e no que diz respeito nível gastos em pagamentos de pensões de reforma, verificamos que não existe um grupo de países que se distinga do outro (ver gráfico 22). Neste capítulo, verifica-se que em todos os países o nível de gastos nesta matéria foi oscilando. Contudo, nos subperíodos de 1985-89 e de 1997-2009, este foi mais elevado na Itália e a Grécia, sendo estes ultrapassados apenas entre 1991-95 pela Suécia. Estes três países em 2009 ocupavam três das quatro primeiras posições nos gastos em pensões, apresentando a Itália, a Grécia e a Suécia, um nível de gastos de 13%, 10,9% e 10,2% do PIB respectivamente. Quanto aos restantes países, verifica-se que o país que durante maior parte do período apresentou um nível de despesa mais baixo foi Portugal, no entanto registou um aumento considerável: se em 1985 se encontrava no último posto com cerca de 3,3% do seu PIB gasto em pensões, a partir de 2004 ultrapassou a Finlândia, Dinamarca e Espanha, apresentando no ano de 2009 uma percentagem de gastos em pensões relativamente ao PIB a rondar os 10,6%, superior ao verificado na

Dinamarca (8,2%), na Finlândia (10,2%) e Espanha (7,7%). Tal, poderá ter que ver com o facto de a população em Portugal ter envelhecido a um ritmo mais acelerado que nos restantes países.

No que toca aos subsídios de desemprego, verificamos também que não há um grupo de países que se distinga do outro (ver gráfico 23). Contudo, neste capítulo constata-se que os três países que gastaram maior percentagem do PIB em subsídios de desemprego ao longo do período foram a Dinamarca, Espanha e Finlândia. Nestes países verificamos que em 1993 o nível de gastos foi o mais elevado, cerca 5,3% do PIB no caso dinamarquês e de 4,7% no caso espanhol e finlandês, sendo uma possível razão para esse aumento a crise económica que ocorreu nesse ano. O factor crise económica poderá também ajudar a compreender o porquê de, na Espanha, o nível de gastos ter subido entre 2008 e 2009 de uma forma abrupta, passando dos 2,2% do PIB para os 3,5%, aumento que poderá estar relacionado com a crise económica de 2007-08 que poderá ter contribuído para o agravamento da taxa de desemprego espanhola. Neste âmbito, verifica-se também que os países que apresentaram ao longo deste período um nível de despesa mais reduzido com os subsídios de desemprego foram Portugal, Itália e Grécia, que em 2009 eram os que menos gastavam com um nível de despesa de cerca de 0,7% no caso grego, 0,8% no caso italiano e 1,2% do PIB no caso português. Estes valores ficam bem atrás dos verificados no mesmo ano para a Dinamarca (2,3%) e para a Espanha (3,5%).

Já no que toca à despesa social em apoios concedidos às famílias, em políticas activas do mercado de trabalho e em subsídios concedidos a pessoas com incapacidade, verifica-se que os países do Norte têm um nível de gastos nestas matérias superior ao da periferia europeia (ver gráficos 24, 25 e 26). Verifica-se ainda assim uma pequena excepção no que toca à Espanha em que os gastos em políticas activas no mercado de trabalho em 1989 e 1990, foram superiores às verificadas na Dinamarca, que eram cerca de 0,8% do PIB face aos 0,7%, despendido pelos dinamarqueses. A diferença entre os dois grupos é evidente no caso da despesa relacionada com os apoios às famílias, onde se verifica uma diferença considerável ao longo do período de análise entre o Norte e o Sul. A despesa em áreas como as políticas e com as famílias, dentro dos países da Escandinávia foi inicialmente mais elevado na Suécia, que chegou a atingir o seu máximo em 1992 com cerca de 4,9% do PIB gasto nesta matéria, no entanto progressivamente o nível de despesa da Dinamarca foi-se aproximando da Suécia, chegando até a ultrapassar esta em 1995. No que diz respeito à Finlândia verificou-se,

que dos três países que compõem a Escandinávia, é aquele que apresenta um nível mais baixo durante maior parte do período em análise mas, no entanto, superior aos países do Sul como já foi dito. Existe contudo uma exceção para este país, que acontece no ano de 1994, quando este consegue ser o país que mais gasta nesta área, cerca de 4,4% do PIB, superior aos gastos suecos que foram cerca de 4,3% e dos dinamarqueses, cerca de 3,9%. Quanto aos gastos em políticas activas do mercado de trabalho as diferenças já não são tão evidentes mas, no entanto, relativamente aos países do Sul, verificamos ao longo de todo o período que os países que foram apresentando consecutivamente valores mais elevados de despesa nesta matéria, foram Portugal e Espanha, que entre 1985 e 2009, sofreram oscilações relativamente aos valores despendidos, no entanto em 2009 estes gastavam cerca de, 0,8% e 0,9% respectivamente, um valor mais elevado que o verificado para a Itália (0,4%) e para a Grécia (0,2%), países que ao longo do período observado se ficaram pelos últimos lugares.

Por último, abordamos as diferenças entre o Norte e o Sul ao nível de gastos em pensões por incapacidade (ver gráf. 26). Como já foi referido, verificamos que o nível de gastos nesta área é superior no Norte em relação ao Sul. Assim sendo, verificamos que a Suécia e a Finlândia foram alternando a liderança relativamente aos países que mais despenderam nestes apoios. Entre 1985-91 e 1997-2009 a Suécia realizou um nível de despesa mais elevado que a Finlândia, apresentando em 1991 um nível a rondar os 5,3% face ao gasto pela Finlândia, que foi cerca de 4,9%. Já em 2009 o nível de gastos da Suécia foi de 5% do seu PIB, maior que o verificado na Finlândia, 4,1%, enquanto que para o restante período o nível de gastos finlandês foi sempre superior ao sueco. A Dinamarca foi dos países escandinavos aquele que ao longo da maior parte deste período menos gastou, no entanto, a partir de 2001, esta ultrapassou o nível de gastos da Finlândia apresentando um nível de despesa de cerca de 3,8% do PIB face aos 3,7% verificados no caso finlandês. Esta ultrapassagem deu-se não só pela subida dos gastos em da Dinamarca nesta área mas, também por uma descida da despesa finlandesa. No que toca aos países do Sul, verificamos que quem gastou relativamente mais, durante a maior parte do período entre 1985 e 2009, em subsídios atribuídos a incapacitados foram, Espanha, Portugal, Itália e a Grécia, respectivamente, à exceção do subperíodo entre 1985 e 1989 em que a Itália teve um nível de gastos superiores ao de Portugal. Estes países no ano de 2009, apresentavam um nível de gastos a rondar os 2,7% do PIB no caso espanhol, os 2,1% no caso português, os 1,9% no caso italiano e os 1% no caso

grego, valores que apesar de serem mais baixos que os verificados nos países do Norte da Europa são, mais elevados que os verificados em 1985 para estes países.

Por fim, concluímos esta secção com uma análise quantitativa muito simples e preliminar da relação entre a despesa social e o crescimento económico que corresponde ao cálculo dos coeficientes de correlação entre os vários tipos de despesa social e o PIB real per capita e a sua taxa de crescimento. De acordo com a revisão da literatura realizada na secção 2, espera-se que exista uma correlação positiva entre a despesa social e o nível de crescimento do PIB na medida, ou seja, para que esta contribua efectivamente para uma redução da desigualdade na distribuição do rendimento e da pobreza, mas também porque certos tipos de despesa social, tais como educação, saúde, mas também os apoios à família, contribuem directamente para a acumulação de capital humano. Contudo, aceitando o argumento de que o financiamento necessário introduz distorções na actividade económica que, por exemplo, desincentivam o trabalho e o investimento por parte das empresas, a correlação obtida pode ter um sinal negativo. Da mesma forma, se despesas como o subsídio de desemprego constituírem um desincentivo a realizar maior esforço no trabalho, também o sinal poderá ser negativo. Em última análise, poderá não existir qualquer correlação se os efeitos de sinal contrário se compensarem exactamente. Finalmente, não devemos esquecer que correlação não significa causalidade, pelo que o sinal obtido se pode dever à influência do produto sobre a despesa social ou à influência mútua.

Com auxílio do Quadro 2, onde se encontram os resultados relativos aos coeficientes de correlação entre despesa social e o PIB real per capita, verificamos que, tendo em conta os dados disponíveis para todos os países e anos, os coeficientes de correlação entre as várias despesas sociais e o PIB real per capita são todos positivos, quer no que respeita à despesa social total, quer às suas diferentes componentes. Os coeficientes de correlação mais elevados dizem respeito às despesas em educação e saúde, respectivamente, 0,833 e 0,791, podendo argumentar-se que isto se deve ao seu contributo directo para a acumulação de capital humano e que este factor possa ter trazido ganhos de produtividade às economias conforme a literatura económica defende. Quanto ao efeito das várias componentes de despesa social em protecção social, verificamos que as áreas que possuem um coeficiente de correlação mais elevado são a despesa em apoios atribuídos às famílias, os subsídios atribuídos aos incapacitados e as políticas activas do mercado de trabalho (0,764, 0,648 e 0,626, respectivamente). A correlação mais elevada na primeira e terceira dimensões referidas poderá ter que ver

com o seu papel na redução da desigualdade e pobreza das famílias mais pobres e dos incentivos criados juntos das empresas para que estas empreguem mais trabalhadores. No que diz respeito aos subsídios concedidos às famílias estes ajudam ao aumento do rendimento das mesmas e, tal como foi dito anteriormente, poderá ter-se traduzido no aumento do consumo privado daí haver uma relação positiva com o PIB per capita. No médio-longo prazo, pode também permitir às famílias investir mais no capital humano dos seus filhos e desta forma contribuir para o aumento do PIB. Nas restantes áreas, gastos com subsídios de desemprego ou em pensões, também possuem uma relação positiva com o PIB per capita, indicando que toda a despesa realizada pelos vários países ao longo deste período foi importantes para o aumento do produto, na medida em que estas se incidiram sobre os indivíduos que possuem um nível de rendimento mais baixo dando um estímulo ao consumo traduzindo-se isso no aumento do produto, como já vimos anteriormente. Contudo, nestes casos os coeficientes de correlação, de 0,424 e 0,220, respectivamente, são bastante inferiores, indicando que poderão estar em actuação efeitos de sinal negativo que reduzem a correlação positiva final. Nomeadamente, os gastos com pensões e subsídios de desemprego podem estar a desviar a despesa de outras funções sociais com um impacto mais directo sobre a produtividade, como a educação e a saúde.

Quadro 2: Coeficientes de correlação entre a Despesa Social e componentes e o nível do PIB real per capita, 1985-2010 (todos os dados disponíveis).

Despesa Pública Social (% do PIB)	PIB real per capita
Total	0,747
Saúde	0,791
Educação	0,833
Pensões de reforma	0,220
Pensões por incapacidade	0,648
Apoios às Famílias	0,764
Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0,626
Subsídio de Desemprego	0,424

Notas: A despesa social total inclui gastos em saúde, pensões de reforma, pensões de invalidez, apoios às famílias, pensões de sobrevivência, subsídios de desemprego, pensões de sobrevivência, em políticas activas do mercado de trabalho, apoios à habitação e em outros programas de acção social. A despesa Social total não inclui os gastos em educação.

Fonte: Cálculos do autor

A análise de correlação anterior, apesar de interessante, não permite ter uma ideia muito rigorosa da existência ou não de causalidade entre a despesa social e o crescimento económico uma vez que se baseia em valores correntes quer da despesa quer do PIB e, como vimos, os países mais ricos tendem também a gastar mais com as funções sociais. Por outro lado, em termos de efeitos permanentes sobre a taxa de crescimento é mais rigoroso calcular a correlação entre a despesa e a taxa de crescimento do PIB real per capita. De forma a ter em conta a questão da causalidade inversa, no quadro 2 são apresentados os coeficientes de correlação entre a média da despesa social realizada nos sete países no período de 1985 a 1999 e o crescimento médio do PIB verificado nos dez anos seguintes, 2000-2010.

De acordo com a informação que consta do quadro 3, o sinal dos coeficientes de correlação varia agora consoante o tipo de despesa considerada. Relativamente à despesa social total, o coeficiente é negativo, embora não muito elevado, -0,2779. A justificação mais imediata para este sinal poderá ter a ver com o facto do financiamento necessário ter introduzido distorções na actividade económica que prejudicaram o crescimento. Contudo, torna-se mais informativo olhar para as diferentes componentes da despesa social.

No que respeita aos coeficientes por tipo de despesa, como seria de esperar, dada a consensual relação entre as despesas em educação e saúde com o crescimento económico por via do seu impacto sobre a acumulação de capital humano³, o sinal é positivo, embora de magnitude reduzida, 0,1356 e 0,0115, respectivamente, em especial no caso das despesas em saúde. Estes resultados indicam também que os coeficientes de correlação anteriores contêm realmente informação sobre a influência positiva no nível de rendimento sobre as despesas sociais em educação e saúde. O outro coeficiente de correlação positivo diz respeito à despesa com subsídios de desemprego, sendo até a correlação mais forte do que nos dois casos anteriores, 0,1733. Isto pode indicar que a existência deste apoio constituiu um incentivo ao trabalho, pela segurança que permite aos trabalhadores, estimulando também os mesmos a apostar na sua formação porque protegidos em caso de desemprego.

Quanto ao impacto negativo das restantes componentes da despesa social, verifica-se que as despesas que apresentam um coeficiente menos negativo são as pensões de reforma e por incapacidade, -0,2298 e -0,3338, respectivamente, enquanto

³ Como vimos na secção 3 o estado de saúde, mas em especial o nível de escolaridade da população dos países escandinavos foram em geral superiores ao dos países do Sul ao longo do período em análise.

ainda menos esperado, a correlação negativa mais forte acontece no caso das políticas activas do mercado de trabalho e apoios às famílias, -0,3794 e -0,3671, respectivamente. No caso das pensões de reforma e por incapacidade o sinal não é inesperado dado o esforço que exigem em termos de financiamento e o seu papel mais indirecto na promoção do crescimento económico, sobretudo via a redução da desigualdade e da pobreza. No caso das políticas activas do mercado de trabalho e apoios às famílias, os resultados são inesperados a dois níveis, sinais e magnitude relativa superior. Esperar-se-ia um sinal positivo face ao descrito logo no início da análise de correlação, ou pelo menos não tão negativo como nos outros dois casos, uma vez que em qualquer situação o financiamento necessário pode ter impacto negativo sobre o crescimento do produto.

Quadro 3: Coeficientes de correlação entre a Despesa Social média (1985-1999) e a taxa média de crescimento do PIB real per capita (2000-2010).

Despesa Pública Social (% do PIB) Média 1985-1999	Taxa média de crescimento anual do PIB real per capita (2000-10)
Total	-0,2779
Saúde	0,0115
Educação	0,1356
Pensões de reforma	-0,2298
Pensões por incapacidade	-0,3338
Apoios às Famílias	-0,3671
Políticas Activas do Mercado de Trabalho	-0,3794
Subsídio de Desemprego	0,1733

Notas: A despesa social total inclui gastos em saúde, pensões de reforma, pensões de invalidez, apoios às famílias, pensões de sobrevivência, subsídios de desemprego, pensões de sobrevivência, em políticas activas do mercado de trabalho, apoios à habitação e em outros programas de acção social. A despesa Social total não inclui os gastos em educação.

Fonte: Cálculos do autor

Em jeito de conclusão, os resultados apontam para uma relação positiva entre a despesa social nas várias áreas analisadas e o nível do PIB per capita entre 1985 e 2010, o que é indiciador de que estão em actuação mecanismos de influência da despesa social que promovem um aumento do nível de rendimento, nomeadamente via acumulação de capital humano através das despesas em educação e saúde. Contudo, uma análise mais rigorosa em termos de possíveis impactos permanentes sobre a taxa de crescimento económico revela que os resultados podem divergir bastante em termos de sinal e magnitude atendendo ao tipo de despesa social considerada. Os resultados deste estudo

apontam também para valores que alguns casos podem ser contrários aos verificados pelos estudos empíricos descritos na secção 2. Tal poderá estar relacionado com a amostra de países utilizada assim, como o período de análise e metodologia utilizada.

5. Conclusões

Este trabalho propôs-se a reflectir sobre a relação entre a despesa social e o crescimento económico, tendo por base a comparação de dois grupos de países pertencentes à União Europeia, a Escandinávia e o Sul da Europa. A nível teórico, as previsões acerca da relação entre Estado Social e crescimento económico divergem, sendo possível encontrar argumentos que justificam a existência de uma relação positiva, outros que apoiam a verificação de uma relação negativa e outros ainda que apontam no sentido de ausência de qualquer relação. Estas diferentes hipóteses parecem indicar que cabe à análise empírica determinar o sinal da relação e o respectivo contexto.

Constituindo uma análise ainda exploratória, o presente trabalho recorreu a uma análise de estatística descritiva de um conjunto variado de indicadores relevantes para o período de 1985 a 2010, sempre que possível, para analisar empiricamente a relação entre despesa social e crescimento económico.

De forma a analisar esta relação em termos mais detalhados, aquela foi desagregada em diferentes componentes, tendo sido utilizados dados relativos a despesas em educação, saúde e em várias componentes da despesa com a protecção social, como os subsídios de desemprego e incapacidade, apoios às famílias, gastos em políticas activas do mercado de trabalho e em pensões de reforma. Foram calculados os coeficientes de correlação destas com o nível do PIB real per capita, numa tentativa de confirmação muito preliminar do sinal esperado para a relação, bem como os coeficientes de correlação entre os valores médios da despesa das várias variáveis entre 1985 e 1999 com a taxa de crescimento do PIB per capita entre 2000-10. Os coeficientes de correlação no último caso poderão ajudar a compreender se o nível de gastos verificado entre 1985-99 contribuíram para o crescimento económico verificado na década seguinte.

Verificou-se que ao longo do período em análise a despesa social em percentagem do PIB, agregada e nas diferentes áreas, teve um aumento relativo entre 1985 e 2010, mas no entanto aquela foi sempre mais elevada nos países Escandinavos, tendo estes países registado também valores mais elevados do PIB real per capita

relativamente aos países do Sul. Os resultados apontam para que todas as dimensões se correlacionam positivamente com o nível de rendimento per capita, sendo de destacar que a educação é a componente com coeficiente de correlação mais elevado, seguida das despesas com saúde, o que parece confirmar a influência deste tipo de despesa sobre o comportamento do produto via acumulação de capital humano. No que respeita ao possível efeito da despesa social sobre a taxa de crescimento do PIB real per capita, o sinal do coeficiente de correlação mantém-se positivo mas de magnitude bastante inferior ao dos casos anteriores, enquanto a correlação apresenta um sinal negativo no caso da despesa social total. A correlação é também negativa para as diferentes componentes da despesa como a protecção social, com excepção do subsídio de desemprego. Estes resultados apoiam assim a necessidade de, ao estudar a relação entre Estado Social e crescimento económico, levar a cabo uma análise desagregada uma vez que os mecanismos de transmissão podem variar consoante o tipo de despesa social, pelo que a análise agregada é difícil de interpretar em termos económicos.

Em suma, o presente estudo poderá ajudar a compreender de forma preliminar como os gastos sociais interagem com o crescimento económico e quais as áreas que têm contribuído de forma positiva ou negativa para o mesmo. Contudo, não poderá deixar de se ter em conta a capacidade de outros factores poderem afectar a *performance* da economia, assim como não se deve negligenciar a importância dos gastos sociais para a convergência económica dos países do Sul para com os países do Norte da Europa. De forma a poder generalizar a análise e tirar conclusões mais robustas em relação ao sentido da causalidade e mecanismos de transmissão, no futuro será necessário utilizar métodos de inferência estatística adequados e amostras mais alargadas de países.

Bibliografia

Afonso, A.; Allegre, J. G. (2008), “Economic Growth and Budgetary Components: A Panel Assessment for the EU.” *European Central Bank, WP No. 848*.

Andrade, J.; Simões, M.; Duarte, A.(2013), “Despesa Pública em Educação e Saúde e Crescimento Económico: Um Contributo para o Debate sobre as Funções Sociais do Estado” *Estudos do GEMF*, nº18.

Baldacci, E., et al. (2004), "Social Spending, Human Capital, and Growth in Developing Countries: Implications for Achieving the MDGs". *IMF Working Paper No. WP/04/217*.

Barrientos, A.; Scott, J. (2008), “Social Transfers and Growth: A Review”, *Brooks World Poverty Institute Working Paper No. 52*.

Bergh, A. (2011), “What explains Sweden’s success?”, mimeo, *Lund University and the Research for Industrial Economics*.

Damerou, T. (2011), “Social Protection: A necessary condition for Economic Growth? A Guidance for Governance Decisions under Theoretical Uncertainty”, Masters Thesis, *Maastricht Graduate School of Governance*.

Fic, T. and Ghate, C. (2005). “The welfare state, thresholds, and economic growth.” *Economic modelling*, 22(3), pp.571--598.

Furceri, D.; Zdzienicka, A. (2011), “The effects of Social Spending on Economic Activity: Empirical Evidence from a panel of OECD Countries”, *MPRA Paper No. 30356*.

Gonçalves, I. (2002), “Educação, Capital Humano e Crescimento Económico”, *Dissertação de Mestrado em Economia na Especialidade de Economia Aplicada, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*.

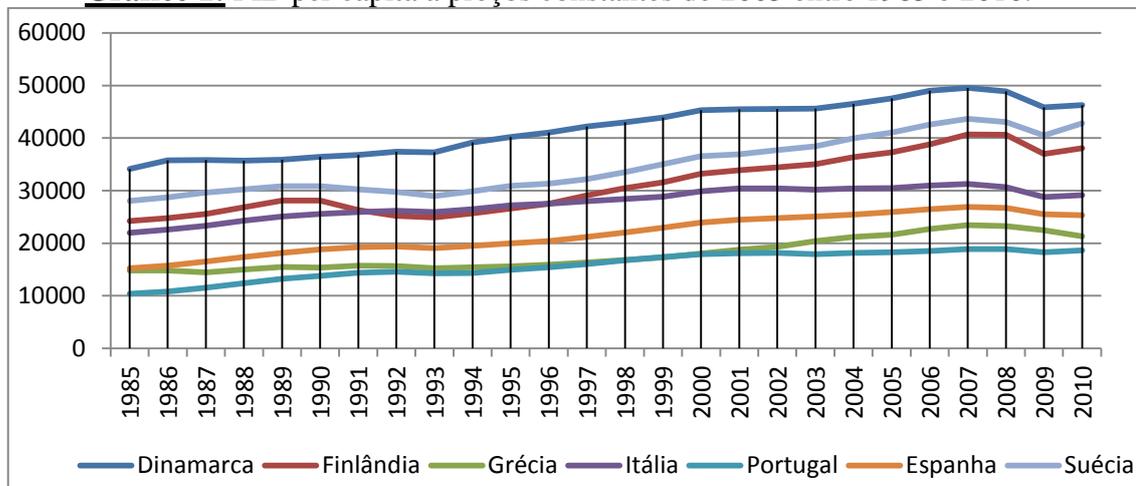
Hughes, D. ; Borbély-Pecze, T. B. (2012) “Youth Unemployment: A Crisis in Our Midst”, *The role of lifelong guidance policies in addressing labour supply and demand, with the support of the Lifelong Learning Programme of the European Union*

Izák, V. (2011), “The Welfare State and Economic Growth”, *Prague Economic Papers*, 4, 291-300.

Wang, K.-M. (2011), "Health care expenditure and economic growth: Quantil panel type analysis". *Economic Modelling*, 28, pp. 1536–4

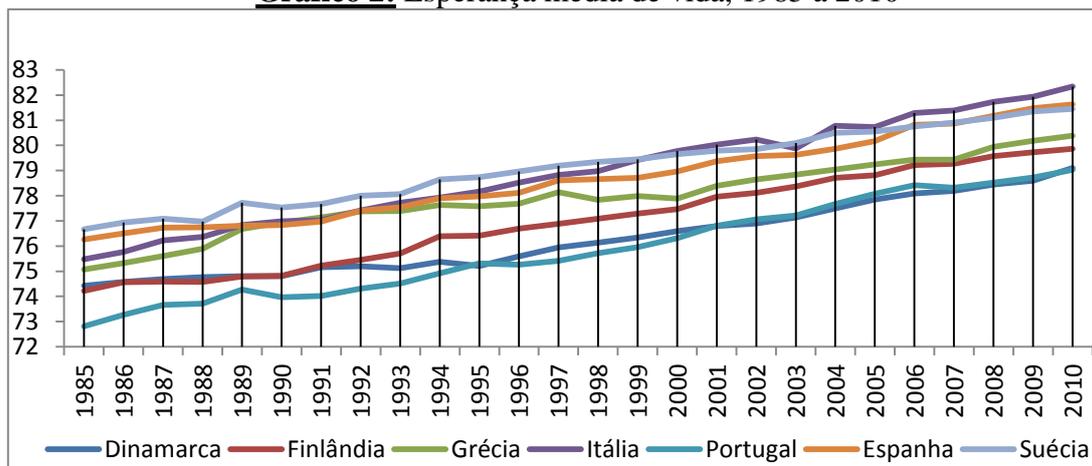
Anexos

Gráfico 1: PIB per capita a preços constantes de 2005 entre 1985 e 2010.



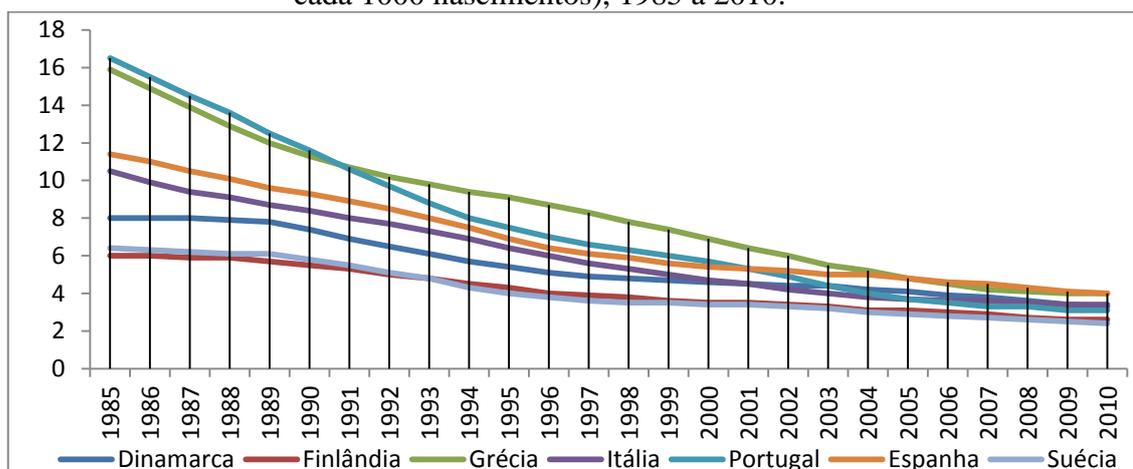
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 2: Esperança média de vida, 1985 a 2010



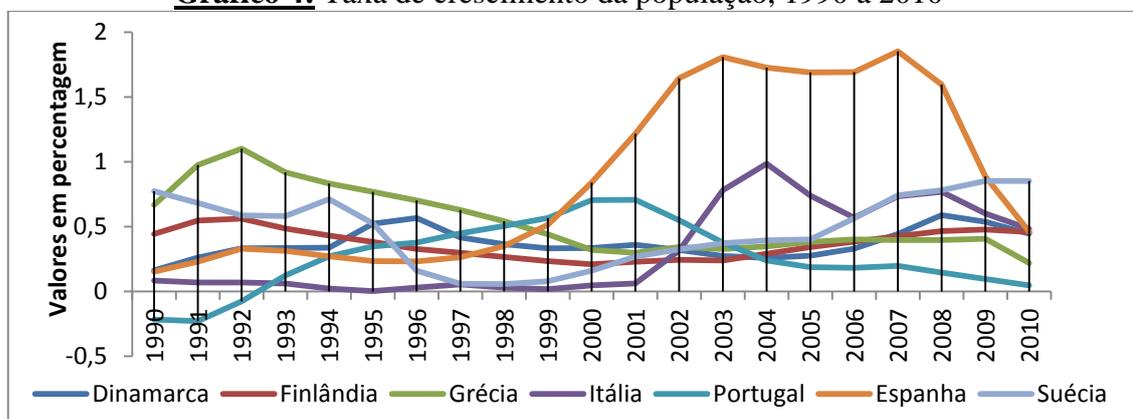
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 3: Taxa de mortalidade infantil (nº de mortes no primeiro ano de vida em cada 1000 nascimentos), 1985 a 2010.



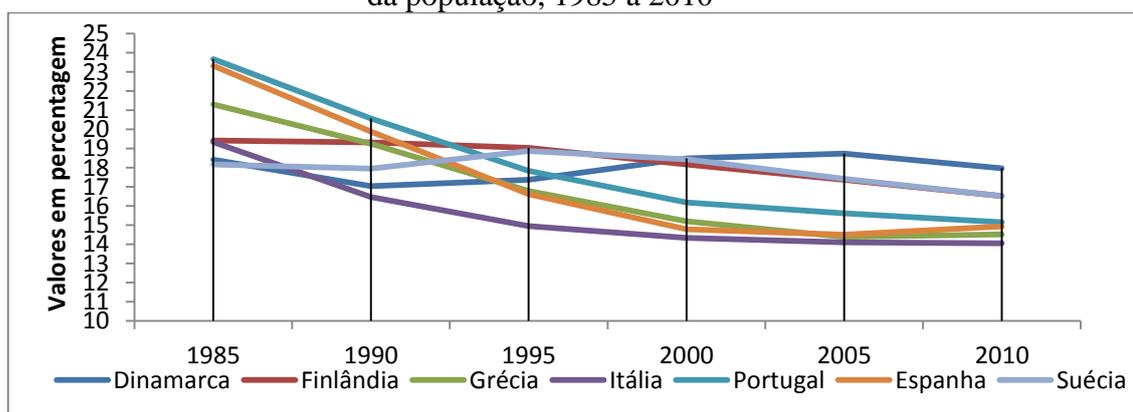
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 4: Taxa de crescimento da população, 1990 a 2010



Fonte: Banco Mundial

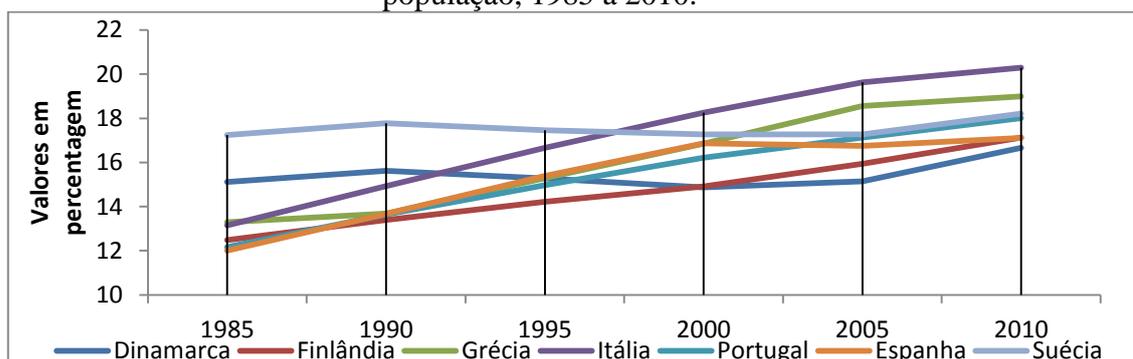
Gráfico 5: Percentagem da população com menos de 15 anos relativamente ao total da população, 1985 a 2010



Nota: Face à estabilidade dos valores da série ao longo do período analisado representa-se com frequência quinzenal.

Fonte: Banco Mundial

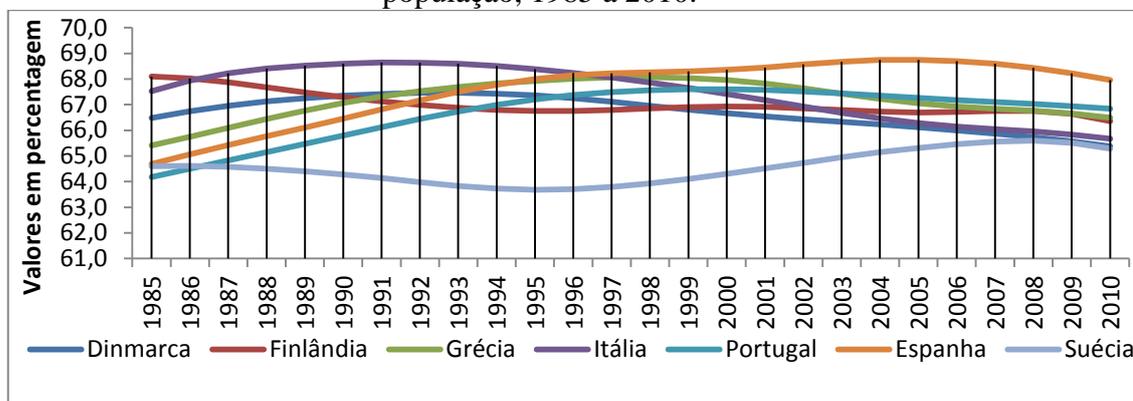
Gráfico 6: Percentagem da população com mais de 64 anos em relação ao total da população, 1985 a 2010.



Nota: Face à estabilidade dos valores da série ao longo do período analisado representa-se com frequência quinzenal.

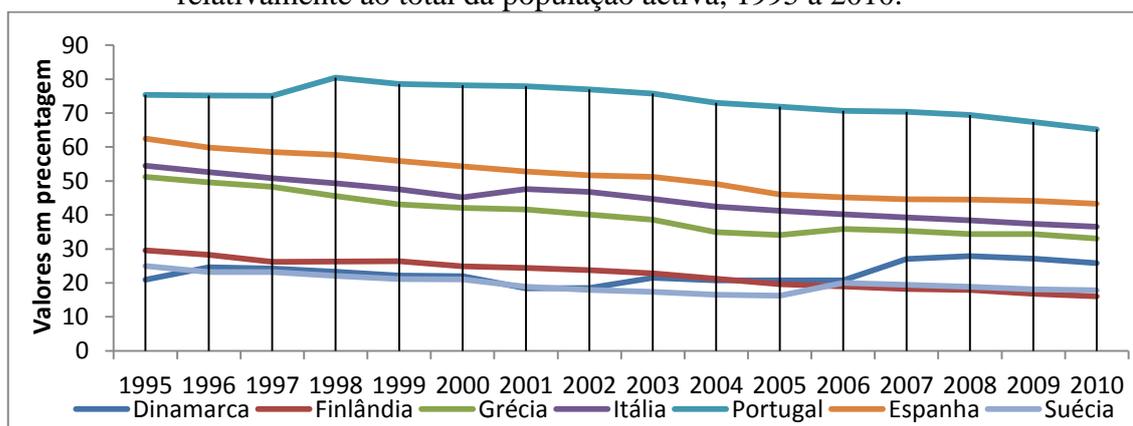
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 7: Percentagem da população entre os 15 e os 64 anos em relação ao total da população, 1985 a 2010.



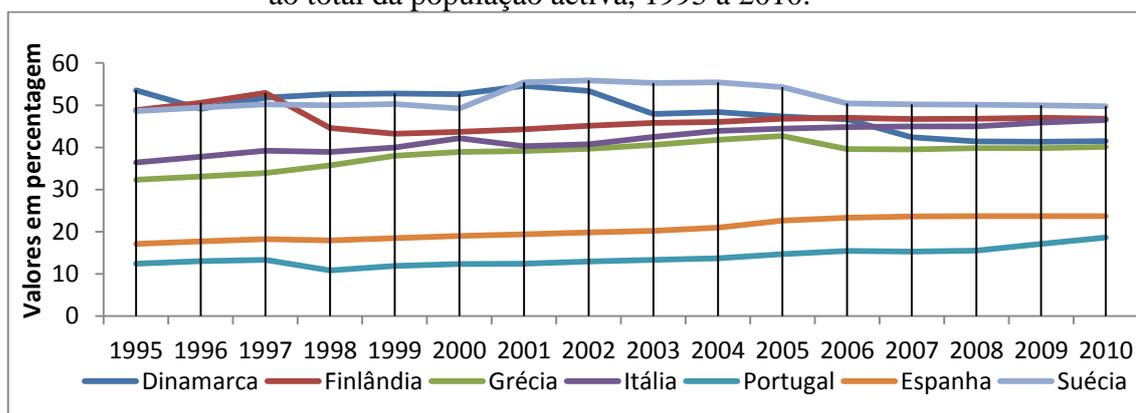
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 8: Percentagem da população activa apenas com o ensino primário relativamente ao total da população activa, 1995 a 2010.



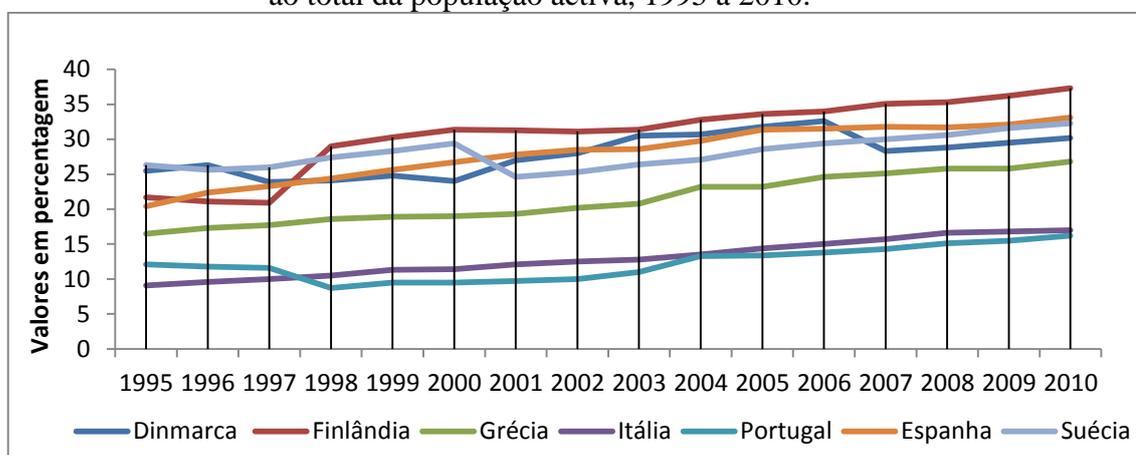
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 9: Percentagem da população activa com o ensino secundário relativamente ao total da população activa, 1995 a 2010.



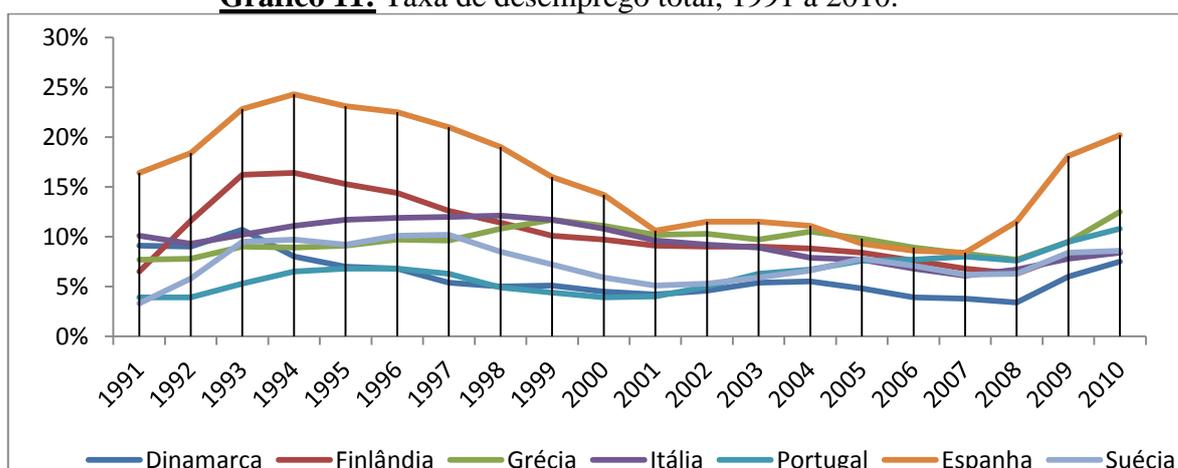
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 10: Percentagem da população activa com o ensino superior relativamente ao total da população activa, 1995 a 2010.



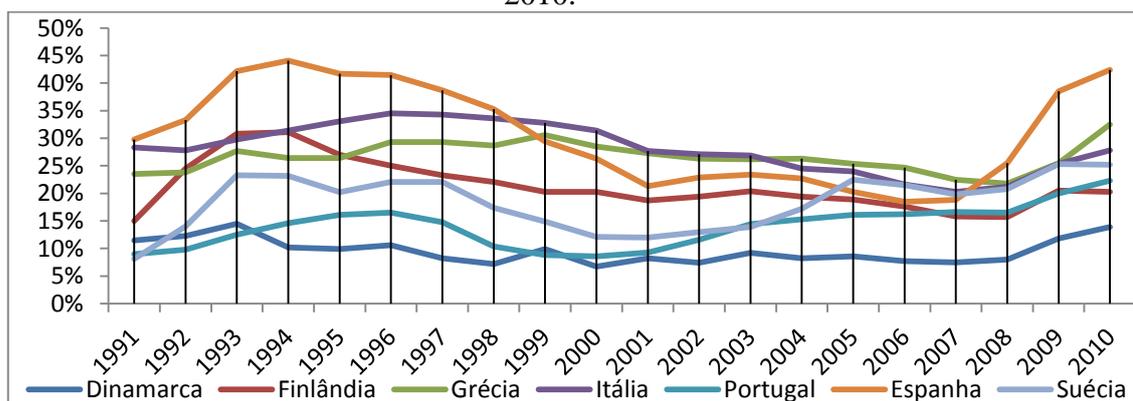
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 11: Taxa de desemprego total, 1991 a 2010.



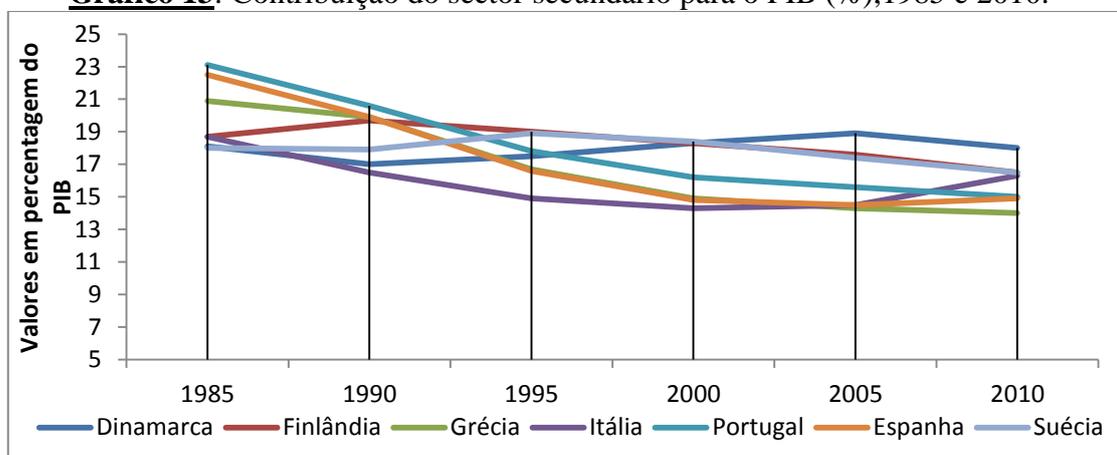
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 12: Taxa de desemprego entre a população jovem (15-24 anos), 1991 a 2010.



Fonte: Banco Mundial

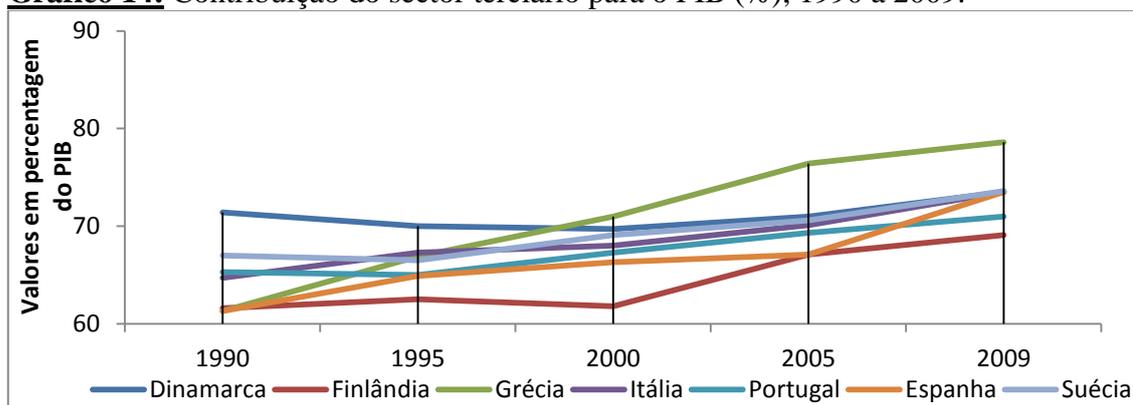
Gráfico 13: Contribuição do sector secundário para o PIB (%), 1985 e 2010.



Nota: Face à estabilidade dos valores da série ao longo do período analisado representa-se com frequência quinzenal.

Fonte: OCDE

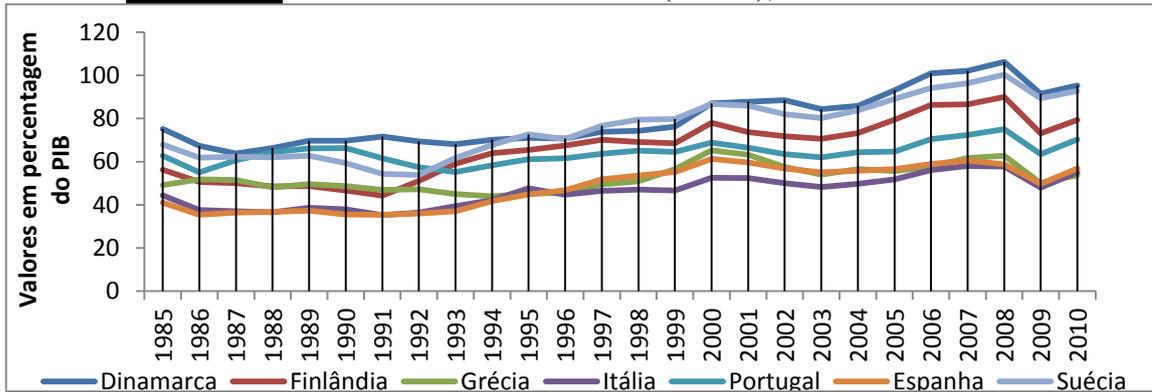
Gráfico 14: Contribuição do sector terciário para o PIB (%), 1990 a 2009.



Nota: Face à estabilidade dos valores da série ao longo do período analisado representa-se com frequência quinzenal.

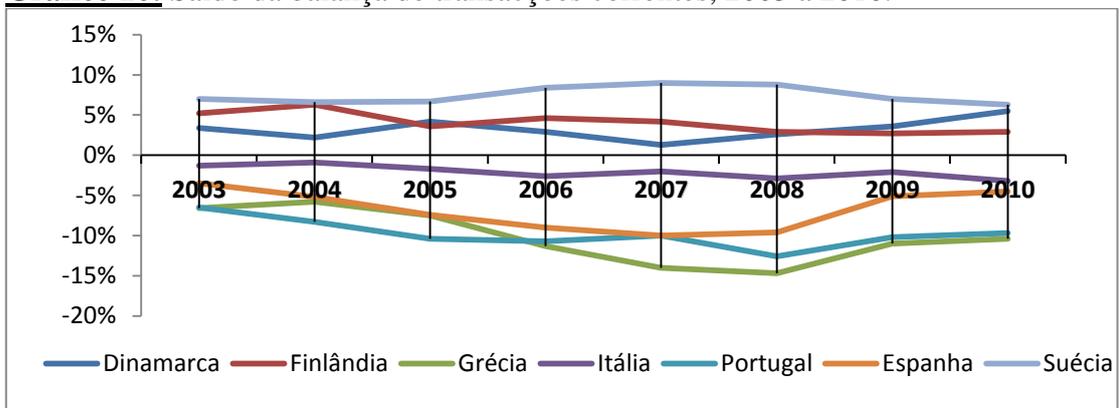
Fonte: OCDE

Gráfico 15: Grau de abertura ao exterior (% PIB), 1985 a 2010.



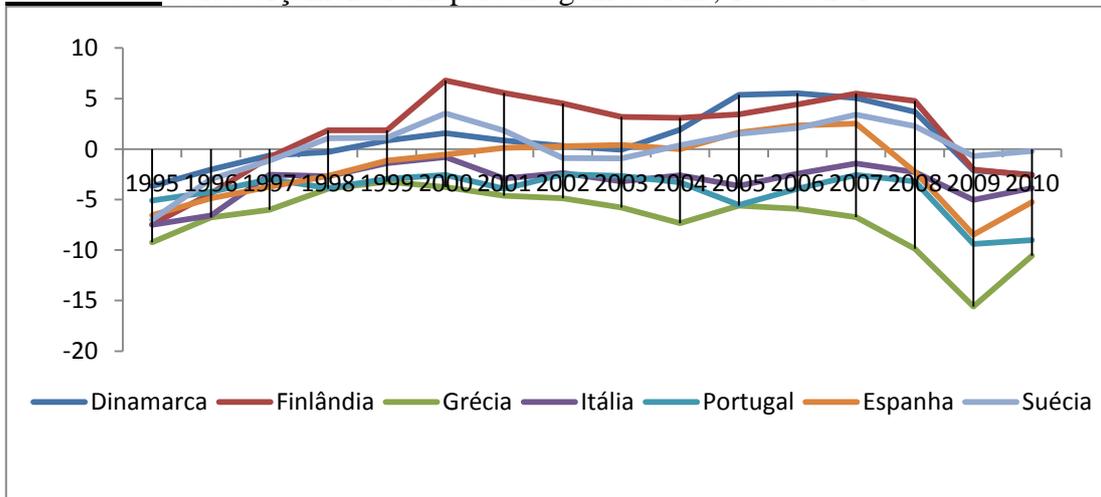
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 16: Saldo da balança de transações correntes, 2003 a 2010.



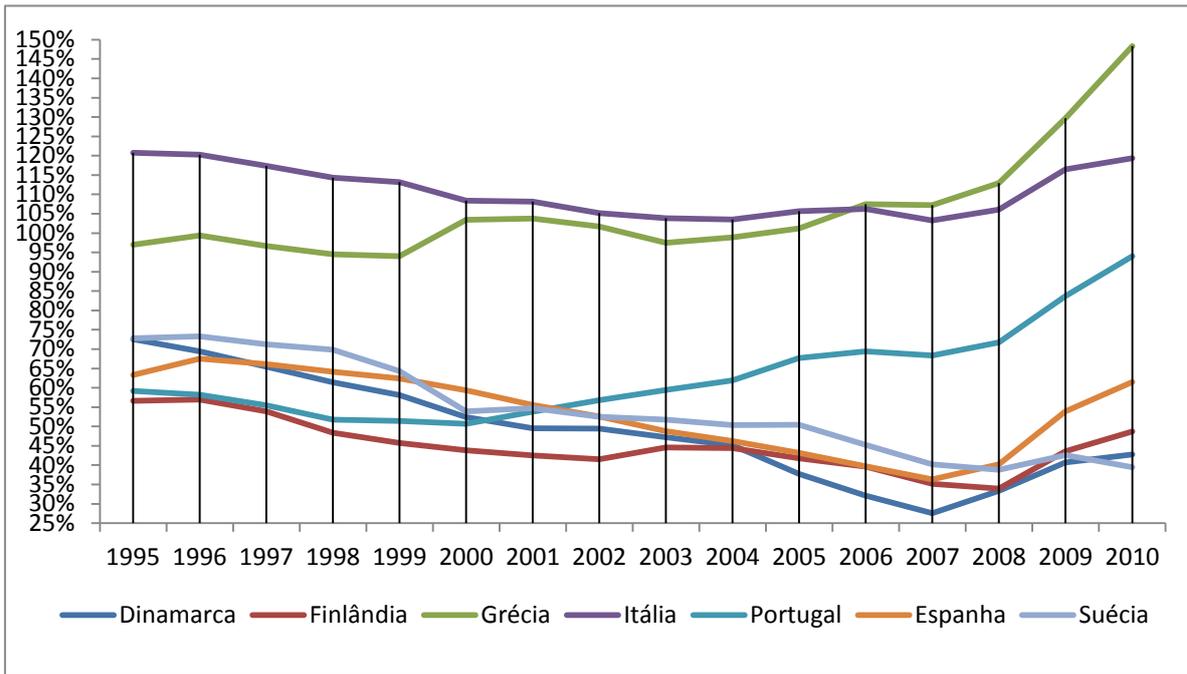
Fonte: OCDE

Gráfico 17: Saldo orçamental em percentagem do PIB, 1995 a 2010.



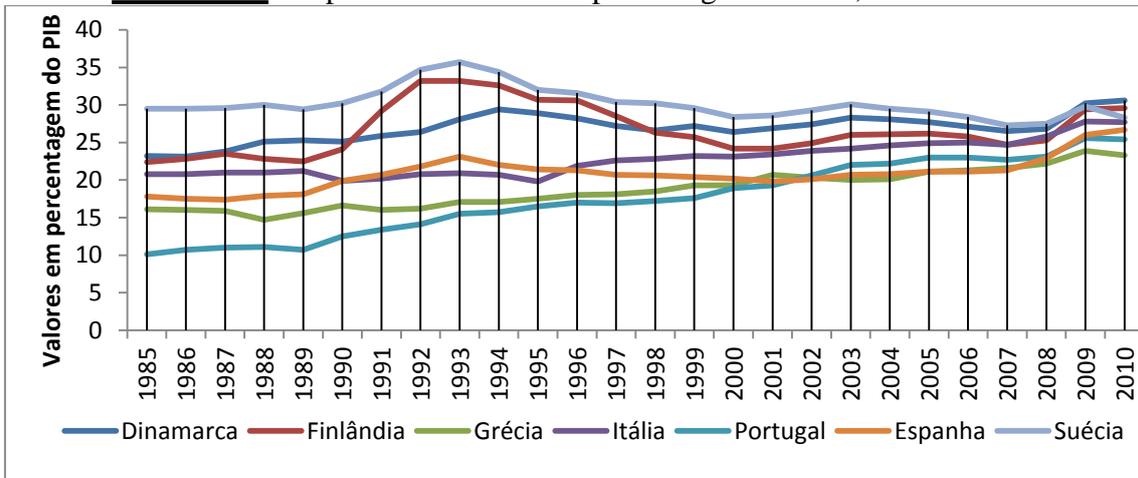
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 18: Dívida pública (% PIB), 1995 a 2010.



Fonte: OCDE

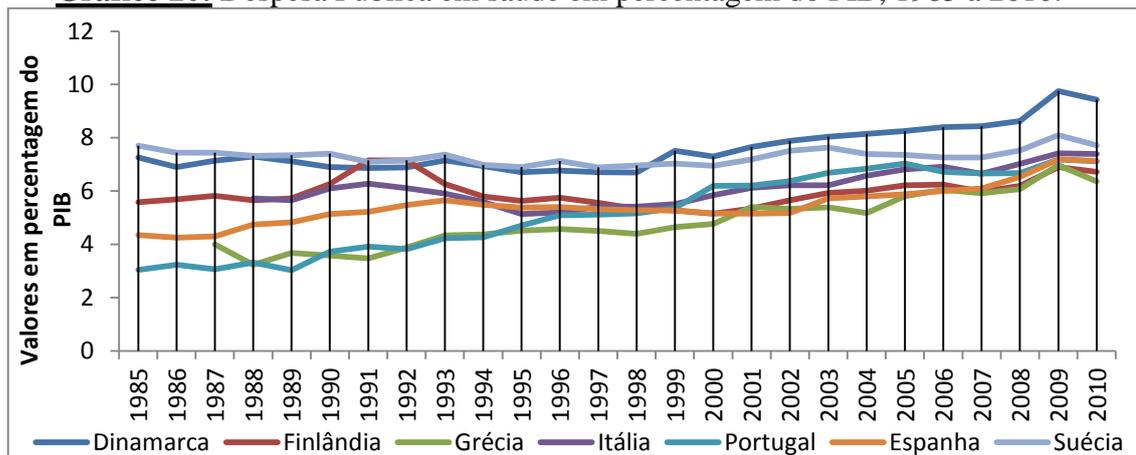
Gráfico 19: Despesa Social total em percentagem do PIB, 1985 a 2010.



Notas: A Despesa Social total inclui gastos em saúde, pensões de reforma, pensões de invalidez, apoios às famílias, pensões de sobrevivência, subsídios de desemprego, pensões de sobrevivência, em políticas activas do mercado de trabalho, apoios à habitação e em outros programas de acção social. A despesa Social total não inclui os gastos em educação.

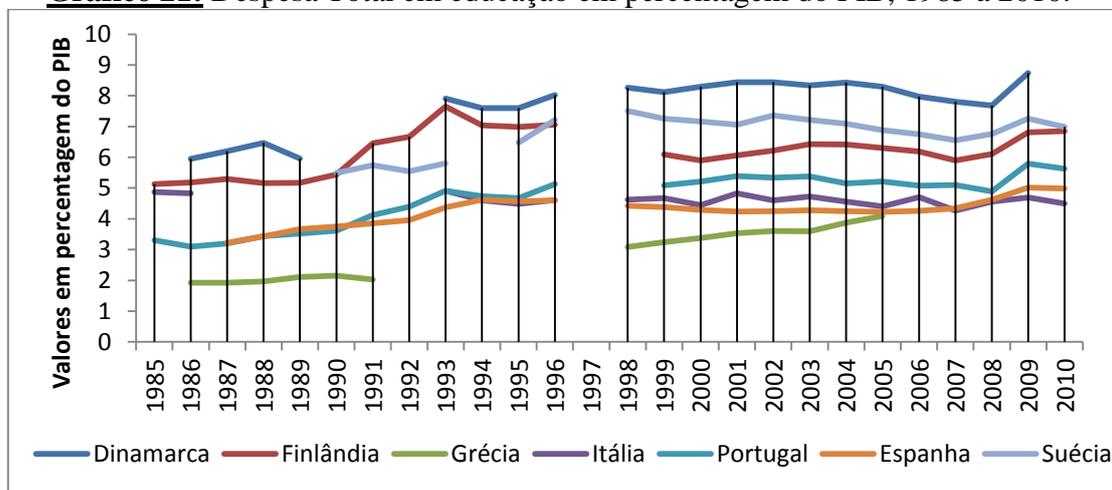
Fonte: OCDE

Gráfico 20: Despesa Pública em saúde em percentagem do PIB, 1985 a 2010.



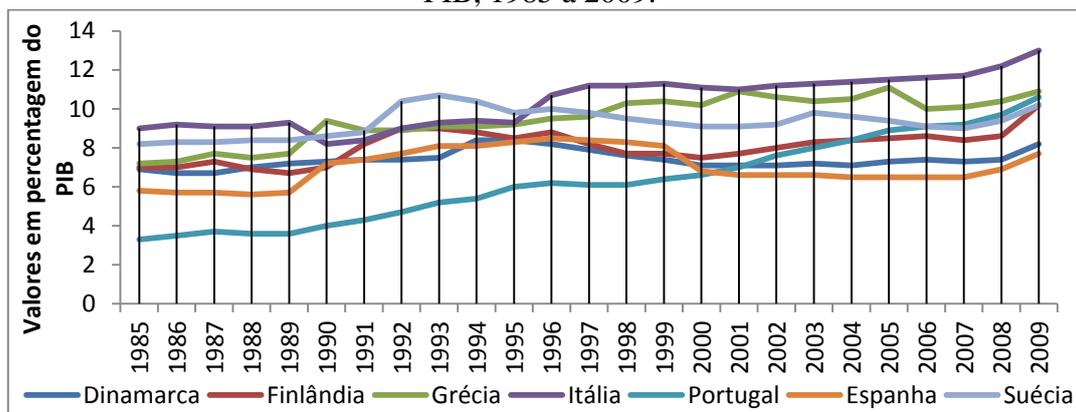
Fonte: OCDE

Gráfico 21: Despesa Total em educação em percentagem do PIB, 1985 a 2010.



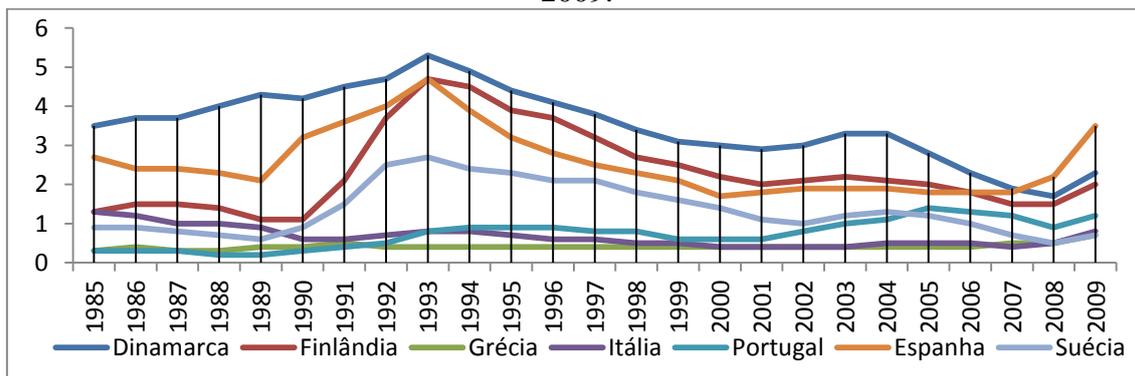
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 22: Gastos com o pagamento de pensões de reforma em percentagem do PIB, 1985 a 2009.



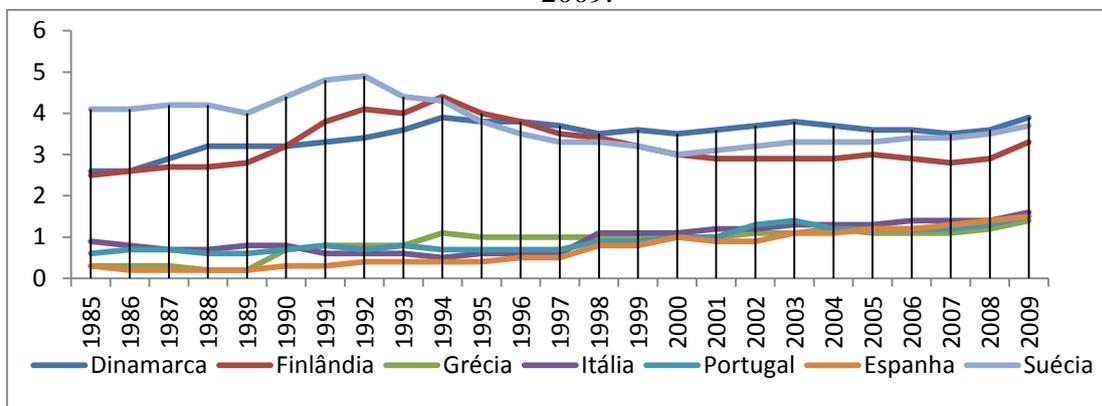
Fonte: OCDE

Gráfico 23: Gastos com subsídios de desemprego em percentagem do PIB, 1985 a 2009.



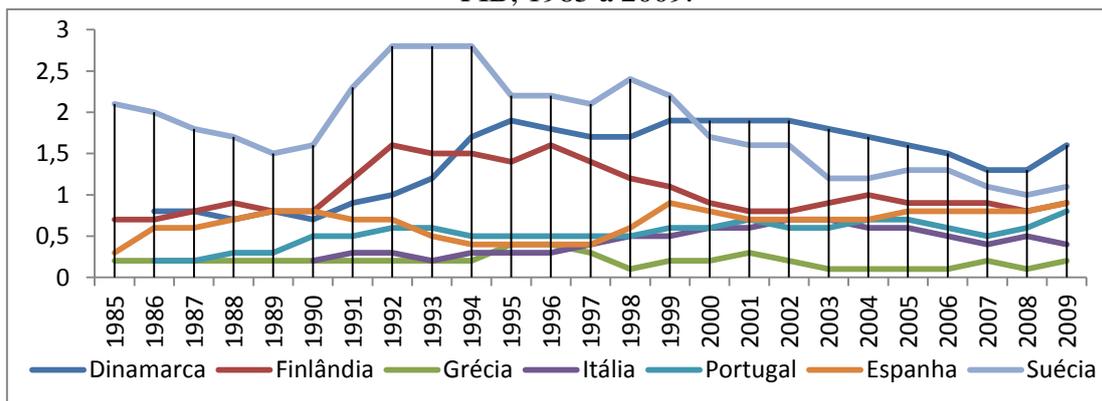
Fonte: OCDE

Gráfico 24: Gastos em apoios destinados às famílias em percentagem do PIB, 1985 a 2009.



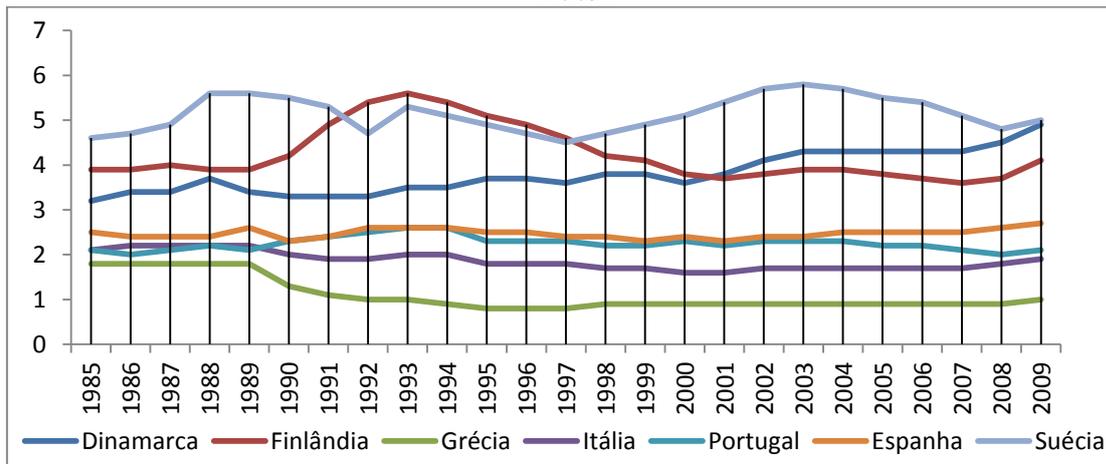
Fonte: OCDE

Gráfico 25: Gastos com políticas activas no mercado de trabalho em percentagem do PIB, 1985 a 2009.



Fonte: OCDE

Gráfico 26: Gastos com pensões por incapacidade em percentagem do PIB, 1985 a 2009.



Fonte: OCDE